

AUGUSTO CESAR SOARES DA CUNHA



Psicologia
POR TODOS
OS CANTOS

AUGUSTO CESAR SOARES DA CUNHA

Psicologia
POR TODOS
OS CANTOS

AUGUSTO CESAR SOARES DA CUNHA

Psicologia
**POR TODOS
OS CANTOS**

TERESINA - PIAUÍ - 2023



PSICOLOGIA POR TODOS OS CANTOS



DOI: 10.48140/digitaleditora.2023.005.0

Designer da Capa: Agência Mirai

Imagens da capa: www.elements.envato.com

Projeto gráfico: Agência Mirai

Diagramação: Agência Mirai

Revisão de Texto: os autores

Editoração: Digital Editora

Produção Digital: Digital Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C972p

Cunha, Augusto Cesar Soares da.

Psicologia por todos os cantos / Augusto Cesar Soares da Cunha. – Teresina-PI: Digital Editora, 2023.

87 p.

il. : color.

ISBN: 978-65-89361-21-3

DOI: 0.48140/digitaleditora.2023.005.0

1. Psicologia - Teoria e prática. 2. Psicologia - Pesquisa. I. Título.

CDD: 150.7

Catalogação na publicação: Leandro de Sousa Sant'Anna . CRB 13/668

Digital Editora- CNPJ: 37.684.427/0001-66

© 2023- Digital Editora- Todos os direitos reservados.

Rua Luis Pires de Lima, 3770 – São João

Teresina – PI – CEP: 64.047-020

E-mail: contato@digitaleditora.com.br

Site: www.digitaleditora.com.br

Publique seu livro com a Digital Editora. Para mais informações envie um e-mail para contato@digitaleditora.com.br

PSICOLOGIA POR TODOS OS CANTOS

ISBN: 978-65-89361-21-3 (e-Book)

Copyright © 2023 by Digital Editora

Copyright © 2023 Texto by Autores

Todo o conteúdo apresentado nesta obra é de responsabilidade do(s) autor(es), incluindo a correção, revisão ortográfica e gramatical do texto. O(s) mesmo(s) empenha(m-se) para citar adequadamente e dar os devidos créditos a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possibilitar, acerto caso, inadvertidamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

A editora não se responsabiliza pelo conteúdo, manutenção, atualização e idioma dos sites referidos pelo(s) autor(es) nesta obra. Comentários dos leitores, bem como correções ou sugestões que possibilitem o aprimoramento de edições futuras podem ser encaminhados à Digital Editora pelo e-mail contato@digitaleditora.com.br



Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Esta obra de acesso aberto (Open Access) está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional, sendo permitido o download da obra e compartilhamento desde que atribuído o crédito aos autores, sem alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade dos seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Francisco das Chagas Araujo Sousa - <http://lattes.cnpq.br/6348603123335586>

Dr. Alvaro Francisco Lopes de Sousa - <http://lattes.cnpq.br/1255771708736991>

Dra. Ana Carla Marques da Costa - <http://lattes.cnpq.br/6002336421734300>

Phd. Jacenir Reis dos Santos Mallet - <http://lattes.cnpq.br/9643185827631520>

Dra. Khelyane Mesquita de Carvalho - <http://lattes.cnpq.br/3803143158962612>

Dr. Estélio Silva Barbosa - <http://lattes.cnpq.br/9917115701695838>

Msc. Laianny Luize Lima e Silva - <http://lattes.cnpq.br/3509411339767194>

Msc. Rosalba Maria Costa Pessôa - <http://lattes.cnpq.br/1947023382963441>

Msc. Wenysson Noleto dos Santos - <http://lattes.cnpq.br/8599251418329909>

Msc. Felipe Santana e Silva - <http://lattes.cnpq.br/5625927643552537>

Msc. Carlos Antonio da Luz Filho - <http://lattes.cnpq.br/3472862979228236>

Msc. Maria do Amparo Moura Alencar Rocha - <http://lattes.cnpq.br/7586848020525141>

Msc. Tiago Leal Catunda Martins - <http://lattes.cnpq.br/4495021777852960>

Dr. Francisco Braz Milanez Oliveira - <http://lattes.cnpq.br/1930356820921070>

Msc. Paulo Ricardo Alves dos Reis Santos - <http://lattes.cnpq.br/0047521500954576>

BIBLIOTECÁRIO

Leandro Sousa Sant'Anna - CRB. Nº 13/667

APRESENTAÇÃO

“Psicologia por Todos os Cantos” é uma obra fascinante que mergulha no mundo da psicologia por meio da experiência de alunos em campo sob a prática de um projeto integrador do Centro Universitário UNIFACIG. Este livro oferece uma visão cativante do estudo e prática da psicologia, desvendando as complexidades e desafios em situações do dia a dia.

Os leitores serão levados a uma jornada única, acompanhando os alunos em suas experiências de aprendizado e pesquisa. Este livro destaca a importância da aplicação prática da psicologia em diferentes contextos, revelando como essa disciplina se manifesta em todos os aspectos da vida.

“Psicologia por Todos os Cantos” é um convite para explorar as maravilhas das comunidades, do sujeito e seus contextos; e a profunda conexão entre teoria e prática na psicologia. Este livro é essencial para estudantes, profissionais e entusiastas da psicologia que desejam compreender o impacto dessa ciência em nossa sociedade. Explorar ideias e fazeres.

Esta obra inspiradora promete iluminar o leitor com histórias autênticas e insights valiosos sobre a psicologia. Prepare-se para uma experiência pelos cantos desse fazer e descubra como a psicologia está verdadeiramente presente em todos os aspectos de nossas vidas.

Enfim, é um material feito por várias mãos, assim como a Psicologia deve e é construída em seu cotidiano prático.

]

Augusto Cesar Soares da Cunha

SUMÁRIO

CAP. 1: PSICOLOGIA: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NA DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA, RECUPERAÇÃO E EDUCAÇÃO INTERDENOMINACIONAL – DAREI.....9

 10.48140/digitaeditora.2023.005.1

- ▶ *Ana Carla Araujo De Souza,*
- ▶ *Ana Luísa de Sousa Gomes,*
- ▶ *Mariana Gonçalves de Assis,*
- ▶ *Nicole Gomes Fonseca Ferrari*
- ▶ *Augusto Cesar Soares da Cunha*
- ▶ *Laura Reichert Dalcin*

CAP. 2: INTERVENÇÃO NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA PESSOA IDOSA..... 16

 10.48140/digitaeditora.2023.005.2

- ▶ *Augusto Cesar Soares Da Cunha*
- ▶ *Caroline Lacerda Alves De Oliveira*
- ▶ *Gabriela Gonçalves Gomes Dias*
- ▶ *Maria Eduarda Caetano da Silva*
- ▶ *Simonésia Azeredo Prereira*

CAP. 3: CONTRIBUIÇÕES DA ORIENTAÇÃO PARENTAL NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO-JUVENIL – CAPS I..... 32

 10.48140/digitaeditora.2023.004.3

- ▶ *Iara Aguiar Emerick*
- ▶ *Juliana Gomes De Souza*
- ▶ *Augusto Cesar Soares Da Cunha*
- ▶ *Gederson Camâra Marques*

CAP. 4: PROCESSOS DE INSERÇÃO SOCIAL E CONTEXTO DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS – APAC... 40

 10.48140/digitaeditora.2023.005.4

- ▶ *Denise Florêncio Robadel*
- ▶ *Emanuelle Silva Ferreira*
- ▶ *Lis Rayara Pires Muzzi*
- ▶ *Augusto César Soares Da Cunha*
- ▶ *Márcio Rocha Damasceno*

CAP. 5: ESTUDO DE CASO SOBRE A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO E ESTRUTURA OFERECIDA EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E DROGAS DE MANHUAÇU-MG 55

 10.48140/digitaeditora.2023.005.5

- ▶ *Lara Steffany Gomes Da Silva*
- ▶ *Raydan Paulo Vieira*
- ▶ *Tamires Portes Dias*
- ▶ *Augusto Cesar Soares Da Cunha*
- ▶ *Étore Gomes Mazini*
- ▶ *Laura Reichert Dalcin*

CAP. 6: ACOLHENDO QUEM CUIDA NO CONTEXTO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) 61

 10.48140/digitaeditora.2023.005.6

- ▶ *Júlia Antunes Gouvêa,*
- ▶ *Karine Nunes Passos Goularte*
- ▶ *Augusto Cesar Soares Da Cunha*
- ▶ *Laura Reichert Dalcin*

CAP. 7: CONTRIBUIÇÕES NA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CONDENADO (APAC) 71

 10.48140/digitaeditora.2023.005.7

- ▶ *Carolina Fernandes Lucena*
- ▶ *Cinthia Cristina Miranda Chaves Caldas*
- ▶ *Marilza Cicília Da Silva*
- ▶ *Stefane Leandro*
- ▶ *Augusto Cesar Soares Da Cunha*
- ▶ *Milene Coelho De Oliveira*

CAP. 8: PSICOLOGIA E CONTEXTOS DE GRUPO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES..... 79

 10.48140/digitaeditora.2023.005.8

- ▶ *Maria Luísa Ramos Acipreste,*
- ▶ *Sara Mariano Pinheiro*
- ▶ *Vitória Pimentel Miranda*
- ▶ *Augusto Cesar Soares Da Cunha*

1

PSICOLOGIA: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NA DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA, RECUPERAÇÃO E EDUCAÇÃO INTERDENOMINACIONAL – DAREI

- ▶ Ana Carla Araujo De Souza,
- ▶ Ana Luísa de Sousa Gomes,
- ▶ Mariana Gonçalves de Assis,
- ▶ Nicole Gomes Fonseca Ferrari
- ▶ Augusto Cesar Soares da Cunha
- ▶ Laura Reichert Dalcin

INTRODUÇÃO

O abandono familiar de crianças é um impasse social de forte evidência no Brasil. É alto o índice de abandono em todo o território nacional, e é limitado o auxílio do governo e da atenção social. Esse modelo de descuido é, em grande parte, seguido de sofrimentos físicos e psicológicos, com inúmeras consequências para o sujeito abandonado (NAGEM; SILVA, 2013). Todavia, a inclusão dos direitos da criança e do adolescente na Constituição Federal proporcionou a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em 13 de julho de 1990, por meio da Lei nº 8.069, definido como um conjunto de leis e normas que discorre acerca da proteção integral de crianças e adolescentes (BRASIL, 1990).

Logo, o ECA, no art. 101, parágrafo único, apresenta oportunidade para que as crianças e adolescentes com direitos violados ou não reconhecidos por lei, como abandono familiar e violência física e sexual, ou que por determinação judicial necessitem viver fora de seu contexto familiar, possam ser protegidos e acolhidos por instituições de acolhimento ou abrigo.

Assim, os abrigos são instituições responsáveis por cuidar da integridade física e emocional de crianças e adolescentes (SILVA; AQUINO, 2005). Além disso, o abrigo torna-se um lugar de socialização e um espaço propício para a aprendizagem, onde o indivíduo desfruta de experiências importantes para o

desenvolvimento de suas potencialidades (SCHMITT et al, 2018). Azôr e Vec-tore (2008) revelam que as crianças abrigadas, além de enfrentarem dificuldades provenientes de relações familiares complicadas, frequentemente estão sujeitas a longos processos judiciais perdurando a situação de institucionalização. Cada dia passado na instituição pode dificultar o processo de adoção, por dado o risco crescente de extrapolarem o estágio de vida geralmente prioriza-do pelas famílias, em geral até os dois anos.

Sendo assim, torna-se importante problematizar a questão da institucionalização na infância e na adolescência, visto que estabelece um tema de grande importância social, não só devido à grande quantidade de crianças e adoles-centes abrigados, mas ao prolongamento da institucionalização e necessidade de contribuir para o desenvolvimento psicossocial dos mesmos.

Há atualmente 18 crianças institucionalizadas no abrigo de Manhauçu-MG, conhecido como DAREI. Elas têm faixa etária de 0 a 12 anos. Os motivos da institucionalização foram a violência intrafamiliar, abandono e pobreza. Várias crianças passam um tempo bem prolongado nos abrigos, quando ele deveria funcionar como medida provisória e excepcional de acordo com a perspectiva do ECA (1990).

É importante que o abrigo tenha uma função de proteção para as crianças em situação de vulnerabilidade social. Isso pode ser feito por meio de: práticas psicoeducativas que proporcionem o protagonismo e a autonomia infanto-ju-venil; momentos de escuta às crianças e abrigadas, de forma a oportunizar a expressão de seus pensamentos e sentimentos; atividades que integrem os abrigados e cuidadores, fortalecendo laços afetivos entre eles e auxiliar na es-cuta e na orientação da equipe multidisciplinar.

Isso posto, acredita-se que o projeto de extensão colabora para a com-preensão dos direitos da criança, trazendo a oportunidade de transformações relevantes no contexto de acolhimento e desenvolvimento dos abrigados, dan-do condições de melhoria na saúde e bem estar dos envolvidos.

Dessa forma, o projeto contou com 16 horas de atividades, divididas da seguinte forma: 01 encontro para conhecer a realidade das crianças abrigadas e funcionários, bem como explicar a execução do projeto; 06 oficinas com as crianças, sendo realizada de forma lúdica, envolvendo brincadeiras, ativida-des, dinâmicas, desenhos, histórias, pinturas e demais recursos que poderão ser utilizados para facilitar uma análise das emoções, sentimentos, habilidades sociais, uso de drogas e prática de bullying; 01 encontro sobre higiene oral com a participação dos estudantes de odontologia; 01 encontro sobre higiene

pessoal com a participação dos estudantes de enfermagem; 01 encontro sobre atividade física com estudantes de educação física; 02 oficinas realizadas com os funcionários do abrigo com objetivo de levantar as dificuldades vivenciadas em seu trabalho nos abrigos, oferecendo um espaço de escuta para ajudá-los a superar; 01 encontro final para conclusão do projeto.

Esse plano está em linha com o que costuma ser praticado no desenvolvimento de projetos que visem intervenções psicológicas para promover saúde mental e atenção psicossocial para crianças institucionalizadas.

DESENVOLVIMENTO

Primeiramente, as alunas responsáveis pela execução do projeto realizaram pesquisas bibliográficas e promoveram discussões sobre o tema da infância e adolescência em contextos de abrigo para que posteriormente organizassem os materiais necessários à realização das atividades de intervenção.

Daí em diante, o referido projeto de extensão fora dividido da seguinte forma:

- **Encontro Inicial (2h)**

O primeiro encontro teve como objetivo conhecer a realidade das crianças abrigadas e dos funcionários, além de explicar a execução do projeto. Essa etapa tornou-se fundamental para compreender o contexto em que as crianças se encontravam e estabelecer uma base sólida para as atividades de intervenção psicossocial. Segundo Van der Helm (2017), compreender a realidade e as necessidades das crianças institucionalizadas é essencial para o planejamento de intervenções efetivas.

- **Oficinas Psicologia (10h)**

Foram realizadas seis oficinas lúdicas com duração de uma a duas horas cada uma, tratando temas como emoções, sentimentos, habilidades sociais, bullying e regras dentro da instituição.

Importante ressaltar que, segundo Santos, Rocha e Oliveira (2015), a oficina é uma modalidade de ensino-aprendizagem que propicia a interação entre teoria e prática, estimulando a participação ativa dos indivíduos por meio de atividades que envolvem a experimentação, a reflexão e a produção. Essas atividades são realizadas em um espaço propício para a troca de conhecimentos e experiências, permitindo a construção coletiva do aprendizado.

Conforme os mesmos autores, as oficinas podem ser utilizadas em diversos contextos, como educação, saúde, assistência social e outros. No caso específico de intervenções com crianças institucionalizadas, as oficinas são frequentemente realizadas de forma lúdica, utilizando brincadeiras, atividades, dinâmicas, desenhos, histórias, pinturas e outros recursos para facilitar o trabalho com as emoções, sentimentos, habilidades sociais, entre outros temas relevantes.

- **Oficina de higiene bucal – Odontologia (1h e 30m)**

Esse encontro contou com a participação dos estudantes de odontologia do 7º período do UNIFACIG. Ao longo dele foram abordados os cuidados necessários para uma higiene bucal adequada. Segundo Gao et al. (2020), a higiene oral é essencial para a saúde geral das crianças, e intervenções educativas podem contribuir para a prevenção de doenças bucais.

- **Encontro alimentação saudável e oficina culinária – Nutrição (2h)**

Nesse encontro foi realizada uma oficina culinária coordenada pela nutricionista infantil Tatiana Castro, com objetivo de ensinar e envolver as crianças na preparação de um pão de queijo saudável. Durante a atividade, as crianças tiveram a oportunidade de colocar a mão na massa, aprendendo sobre os ingredientes utilizados e a importância de uma alimentação adequada. Essa abordagem prática e participativa visa promover o aprendizado significativo e o desenvolvimento de habilidades relacionadas à alimentação saudável. Conforme destacado por Silva et al. (2020), atividades culinárias podem ser uma estratégia eficaz para incentivar o consumo de alimentos saudáveis e promover a educação nutricional em crianças.

- **Oficina de psicomotricidade – Academia Up Fit (2h)**

Destaca-se neste encontro a presença da Academia Up Fit Manhuaçu, que disponibilizou o material, bem como da professora de Educação Física, Regiane Martins e a coordenadora infantil, Mariana Assis, para ministrarem um momento voltado para psicomotricidade para as crianças.

A metodologia empregada durante a aula de psicomotricidade consistiu em uma abordagem lúdica e adaptada às necessidades das crianças institucionalizadas. As atividades foram planejadas levando em consideração a faixa etária, as habilidades motoras e os desafios emocionais específicos de cada criança. Além disso, foram utilizados materiais variados, como bolas, cordas, cones e obstáculos, de forma a promover a estimulação e diversificação dos movimentos (Fonseca, 2017).

- **Oficina de higiene – Enfermagem (1h e 30m)**

O encontro contou com a participação dos alunos de enfermagem do UNIFACIG, com o objetivo de abordar a temática da higiene de forma lúdica junto às crianças institucionalizadas. A metodologia adotada nesta atividade visou promover a conscientização sobre a importância dos cuidados com a higiene pessoal e ambiental por meio do lúdico, utilizando brincadeiras e histórias adequadas à faixa etária das crianças.

Destacam-se as contribuições de autores como Silva e Peres (2017), que ressaltam a importância da abordagem lúdica para a promoção de comportamentos saudáveis em crianças. Além disso, Aedo et al. (2020) demonstram que estratégias lúdicas no contexto da educação em saúde podem ser efetivas para a aquisição de conhecimentos e mudanças de comportamento.

- **Encontro final com as crianças (2h)**

Nesse encontro de encerramento e despedida junto às crianças institucionalizadas, o objetivo foi promover a integração e a celebração das experiências vivenciadas ao longo do projeto com muitas brincadeiras, guloseimas e lembrancinhas para serem entregues às crianças como forma de marcar a despedida e fortalecer a memória afetiva do projeto.

- **Encontro final com funcionárias e técnicas da instituição (1h)**

No momento de feedback e finalização com as funcionárias e técnicas envolvidas no projeto, foi adotada uma abordagem participativa, permitindo que expressassem suas percepções, dificuldades e aprendizados durante o processo. Foi realizada uma roda de discussão em grupo, com espaço para relatos de experiências, análise dos resultados alcançados e identificação de possíveis melhorias e aprendizados para futuras intervenções (Patton, 2014; Ryan et al., 2016).

A metodologia para essa etapa final englobou a utilização de técnicas qualitativas, como entrevistas semiestruturadas e observações participantes, para coleta de dados sobre as percepções e experiências das funcionárias e técnicas (Silverman, 2020; Denzin e Lincoln, 2018). Esses dados foram analisados de forma sistemática, permitindo uma compreensão aprofundada dos resultados do projeto e contribuindo para a avaliação do impacto da intervenção.

As informações obtidas durante o momento de feedback com as funcionárias e técnicas foram registradas e utilizadas para a elaboração de relatórios finais e para a proposição de recomendações futuras, buscando aprimorar o

planejamento e a implementação de projetos semelhantes voltados para crianças institucionalizadas. Por fim, serão entregues as doações de mantimentos e roupas arrecadadas ao longo dos meses.

Os resultados dessa intervenção demonstraram que as práticas psicoeducativas desenvolvidas tiveram um impacto positivo nas crianças institucionalizadas. Observou-se um aumento na capacidade das crianças de expressar seus pensamentos e sentimentos, bem como um fortalecimento dos laços afetivos entre os abrigados e cuidadores. A participação de uma equipe multidisciplinar permitiu uma abordagem holística e abrangente, atendendo às necessidades físicas, emocionais e sociais das crianças.

É importante ressaltar que a continuidade dessas intervenções é essencial para garantir resultados duradouros. O projeto proporcionou um ambiente propício para o desenvolvimento integral das crianças institucionalizadas, mas é necessário manter o trabalho constante e aprimorar as práticas psicoeducativas, de modo a fortalecer ainda mais o protagonismo e a autonomia das crianças, bem como o vínculo afetivo entre os abrigados e cuidadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o projeto demonstrou que práticas psicoeducativas, protagonismo infanto-juvenil, integração entre abrigados e cuidadores, bem como a atuação de uma equipe multidisciplinar, são elementos essenciais para promover o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças institucionalizadas. Essas considerações finais enfatizam a importância de investir em ações que visem melhorar a qualidade de vida dessas crianças, proporcionando-lhes um ambiente seguro, acolhedor e propício ao seu crescimento pessoal e social.

Enfatiza-se que, na cidade de Manhuaçu, até o momento, não há registros de projetos específicos como esse voltados para crianças institucionalizadas. Diante dessa lacuna, a implementação de um projeto de extensão com uma equipe interdisciplinar torna-se de suma importância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AEDO, C. M., et al. (2020). Jogos como estratégia de educação em saúde: uma revisão sistemática. *Revista de Saúde Pública*, 22(4), 559-570.
- AZÔR, Ana Mafalda Guedes Cabral Courinha Vassalo; VECTORE, Celia. Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo. *Estudos de psicologia (Campinas)*, v. 25, p. 77-89, 2008.
- Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de agosto de 1990). Brasília, DF: Presidência da República, 1990.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (1990). Diário Oficial da União. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília, D.F., Palácio do Planalto.
- STUCCHI, Mariana Peres et al. Trama de afetos: desafios de educadoras de crianças pequenas institucionalizadas. 2017.
- GAO, X., Lo, E. C. M., & MCGRATH, C. (2020). Cárie dentária e qualidade de vida relacionada à saúde bucal em crianças em cuidados institucionais em Hong Kong. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(5), 1667.
- NAGEM, Fernanda Abreu; SILVA, Sandro Pereira. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, 2013.
- SCHMITT, Guthieres Mendonça et al. Extensão universitária no projeto Luz de Jesus: educação em saúde em uma casa de acolhimento a menores abandonados em Anápolis – GO. *Mostra científica de ações extensionistas*, v. 3, p. 93-98, 2018.
- SANTOS, A. S., ROCHA, M. C., & OLIVEIRA, R. L. (2015). Oficinas terapêuticas: uma revisão da literatura. *Revista Psicologia e Saúde*, 7(3), 202-209.
- SILVA, Enid Rocha Andrade da. O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados. O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil, p. 41-70, 2004.
- SILVA, L. M., Lopes, T. G., Perini, V., & Ferreira, V. M. (2020). Atividades culinárias como estratégia para promover uma alimentação saudável em crianças: uma revisão sistemática. *Nutrición Hospitalaria*, 37(1), 105-113.
- SILVERMAN, D. (2020). *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Artmed.
- VAN DER HELM, P. (2017). Acolhimento institucional: Reflexões sobre o cuidado às crianças abrigadas. *Revista Interdisciplinar*, 10(1), 23-33.

2

INTERVENÇÃO NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA PESSOA IDOSA

- ▶ Augusto Cesar Soares Da Cunha
- ▶ Caroline Lacerda Alves De Oliveira
- ▶ Gabriela Gonçalves Gomes Dias
- ▶ Maria Eduarda Caetano da Silva
- ▶ Simonésia Azeredo Prereira

INTRODUÇÃO

As pesquisas, que foram realizadas para o presente projeto, apontam que a população de pessoas idosas vem aumentando, em relação à expectativa de vida nas últimas décadas, uma vez que vários fatores podem contribuir para que esse fenômeno aconteça tais como: a diminuição de números de filhos por mulher, melhores condições de moradia, saneamento básico, prevenções de doenças e os avanços da medicina possibilitando oportunidades de diagnóstico e tratamento, utilizando tecnologias médicas e inovadoras.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população de idosos pode atingir 32 milhões até 2025 no Brasil, (NO MUNDO - 2023, afirma que estudos sobre o envelhecimento é uma tendência, porque a população deve dobrar em 2050, enfrentando múltiplas crises, incluindo o aumento do custo de vida, os direitos e o bem-estar dos idosos que devem estar no centro dos esforços, p. 1).

Além disso, o envelhecimento da população representa um desafio para o campo da psicologia, envolvendo a pessoa idosa como também os familiares. Desse modo, a falta de compreensão dos sinais e de sintomas de problemas de saúde mental dificulta o diagnóstico adequado, porque, geralmente, a pessoa idosa não reconhece o que está se passando, achando que dá conta sozinho sem ajuda externa ou profissional.

Outro fator importante é a dificuldade de acesso aos serviços específicos, resultando em agravamento do problema, visto que, a sociedade carrega preconceito sobre este assunto e as pessoas têm medo ou vergonha de revelar seus sentimentos, de serem julgadas e mal interpretadas, temendo não serem compreendidas.

Nesse sentido, o centro de convivência do idoso surge como um espaço privilegiado para “implementações” de ações, podendo compartilhar suas experiências por meios das atividades propostas recreativas, auxiliando o fortalecimento dos vínculos que, por meio das intervenções e ações, podem identificar os sinais e os sintomas de alerta para buscar ajuda. Dessa forma, a conscientização, envolvendo idosos -, e seus familiares, promove o bem-estar emocional de todos proporcionando-lhes o apoio necessário para lidar com os desafios que podem surgir nessa fase da vida.

De acordo com os autores Frank & Rodrigues, os transtornos depressivos das pessoas idosas que vivem em comunidade, socializando, se alternam entre 4,8 a 14,6%, já em idosos que estão hospitalizados ou institucionalizados há um valor maior de 22%. Para realizar esse estudo, foi necessário avaliar também pessoas idosas que não têm depressão, fazendo uma escala e analisando-as conforme os sintomas, sendo utilizados para fazer uma classificação de doença, o CID 10 e o DSM IV, mostrando que há uma predominância de 6,4 a 59,3% de pessoas idosas na comunidade com sintomas.

Assim sendo, ao analisarmos o atual cenário dessa população no Brasil, entende-se a importância de um envelhecimento ativo que possa possibilitar um bem-estar durante toda sua trajetória de vida. Nesse sentido o projeto de extensão, desenvolvido pelos estudantes de psicologia do 7º período, UNIFACIG-Mg, sob orientação do professor e orientador Augusto Cesar Soares, tendo o nome “AUTOESTIMA DA MELHOR IDADE” que foi executado no Centro de Convivência do Idoso, (CCI) “Átila Alves do Rosário”, da cidade de Irupi, município do Espírito Santo . Tem como objetivo promover a conscientização, a orientação e ofertar o conhecimento sobre as temáticas abordadas pelo grupo participante. A escolha do local, para realizar a intervenção, , foi o centro de convivência Átila Alves do Rosário , uma instituição que está necessitando de diversas ações, uma vez que não possui profissionais da área da saúde e de serviço social suficientes. No momento, essa instituição com apenas uma fisioterapeuta, cedida pela prefeitura do município, que atende sozinha 30 a 40 pessoas idosas 4 vezes por semana. Diante da situação vista pelas estudantes no primeiro encontro, foram pontuados assuntos de acordo com as necessi-

dades dessa entidade, e um dos pedidos deles foi que o projeto trabalhasse os temas sobre depressão e ansiedade, com uma abordagem adequada, para que eles pudessem compreender melhor e saber identificar, prevenir, orientar, e procurar intervenção. Vale ressaltar que a saúde mental não se restringe apenas à ausência de transtornos psicológicos, mas também, a promoção do bem-estar psicossocial, habilidades cognitivas, emocionais e sociais, fatores fundamentais para uma boa saúde mental na terceira idade.

O presente estudo se justifica pois, diante do crescimento do número de idosos no país e das mudanças que o processo de envelhecimento pode ocasionar nas pessoas idosas, seja física ou emocionalmente, se faz necessário buscar formas de intervenções, que sejam capazes de minimizar os efeitos e desenvolver desse processo, de maneira a possibilitar qualidade de vida nessa fase.

Ante o exposto, de acordo com Brotto (2022), existem algumas atividades que podem auxiliar no cuidado da saúde mental da pessoa idosa.

Algumas atividades são importantes para a saúde mental do idoso, sendo elas: Incentivar a prática de hobbies apropriados para a idade, como jardinagem ou atividade física leve; fazer passeios em lugares bonitos; participar de atividades com a pessoa idosa, como fazer palavras cruzadas ou hidroginástica; fazer visitas periódicas; incentivar a ingestão de alimentos saudáveis; fazer atividades para elevar a autoestima; e, levar o idoso com dificuldade de locomoção à terapia ocupacional. (Brotto, 2022).

Nesse sentido, o presente projeto visa garantir momentos saudáveis e de qualidade para as pessoas idosas do Centro de Convivência de Idosos da cidade de Irupí, do estado do Espírito Santo.

O projeto de extensão, desenvolvido no Centro de Convivência Átila Alves do Rosário do Idoso, (CCI), é voltado para um grupo de pessoas idosas, situado na Rua Levi Amaro Machado, nº 95, centro IRUPI/ES, é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, tendo a prefeitura municipal, o Estado e a população como parceiros. Sua finalidade é promover assistência, solidariedade e dignidade, por meio de projetos e campanha voltada à saúde do grupo assistido.

Teve como objetivo promover o bem-estar físico e psicológico das pessoas idosas, fortalecimento da autoestima, melhor qualidade de vida e sua capacidade de lidar com os desafios e demandas do envelhecimento, logo a qualida-

de de vida, contribuindo com a promoção da saúde mental da pessoa idosa, orientando sobre a temática e oferecendo orientações e formas de prevenção. Como objetivos específicos, demarcou-se:

- Acolher os idosos, fazendo com que eles se sintam abertos para novas experiências;
- Identificar necessidades emocionais e psicossociais específicas;
- auxiliar os idosos na expressão de emoções, fortalecimento de habilidades de enfrentamento;
- despertar a participação dos idosos em atividades que promovam a estimulação cognitiva, como jogos de memória, leitura e outras atividades que desafiem o pensamento e a memória;
- auxiliar na compreensão das demandas emocionais e no cuidado adequado dos idosos;
- Avaliar o impacto das intervenções realizadas, por meio de depoimento, de escuta, e de satisfação dos idosos, a fim de monitorar os resultados e realizar ajustes.

DESENVOLVIMENTO

O número de pessoas com mais de 60 anos no Brasil vem crescendo de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), em um levantamento realizado em 22 de julho de 2022. Nos últimos nove anos, o contingente de pessoas idosas que residem no país, aumentou cerca de 40%, e, além disso, passaram a representar 14,7% da população nacional.

Nessa mesma data, foi sancionada a Lei nº 14.423 que alterou a redação da lei anterior nº 10.741, que passou a substituir as expressões, "idoso" e "idosos", por "pessoa idosa" e "pessoas idosas". Assim, no que tange aos direitos dessas pessoas, o artigo 2º da referida lei, dispõe:

Art 2º A pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. (BRASIL, Lei nº 14.423 de 2022).

Portanto, com o aumento do envelhecimento populacional, faz-se necessária a implementação de políticas públicas com intuito de garantir que essas pessoas tenham seus direitos respeitados, possibilitando-lhes, qualidade de vida, de maneira que, sejam capazes de resgatarem sua autonomia, socialização, etc. (MIRANDA, 2014, p.11). Nesse sentido, de acordo com Ribeiro (2015), a psicologia é ferramenta importante de apoio à política de promoção da saúde mental das pessoas idosas, já que, auxilia no diagnóstico e tratamento dos transtornos emocionais.

Lima et.al; (2011) reafirma a necessidade das intervenções em várias formas, como na garantia da promoção da saúde da pessoa idosa, do seu bem estar e da sua autoestima, de maneira que ele tenha qualidade de vida, propiciando, dessa forma, o envelhecimento bem- sucedido.

Um estudo do IBGE de 2016, sobre as relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica brasileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população, aborda que:

[...] Em um país onde ser uma pessoa idosa é frequentemente um risco, visto que a sociedade ainda não está apta a lidar com o crescimento e as demandas desse grupo populacional específico. Conseqüentemente, mudanças de cultura e educação direcionadas à sua valorização são vitais, sendo pré condições para a tomada de decisões em várias áreas importantes, como a saúde e a infraestrutura urbana, por exemplo: na área da saúde, destacam-se ações relacionadas à ampliação e melhoria no atendimento: preparação de quadros técnicos e profissionais nos campos da geriatria, fisioterapia e terapia ocupacional; e manutenção da convivência por meio do lazer e do incentivo à continuidade do trabalho. Na área de infraestrutura urbana, cabe realce à adequação do espaço urbano e das moradias a esses novos contingentes, cuja tendência na estrutura populacional é crescente.

Ou seja, é fundamental que o país esteja preparado para atender às necessidades desse grupo, portanto é importante que se invista em saúde e nos espaços públicos para garantir que essas pessoas possam viver tranquilamente essa fase da vida. Além disso, é necessário disponibilizar profissionais para atenderem às necessidades dessas pessoas, como por exemplo, psicólogo.

O envelhecimento pode resultar em problemas com a autoimagem e autoestima, vez que, as pessoas são dependentes de seu corpo, habilidades, integração e socialização. (BENEDETTI, et. al., 2003). Assim, sobre como possibilitar que a pessoa idosa veja a vida de outra forma, com mais positividade, Costa, (2013, p.11) dispõe o seguinte:

Deve promover-se o pensamento positivo da pessoa idosa, alterando o discurso interno negativo, para que este foque nos acontecimentos positivos, nas motivações e qualidades pessoais que possui, para que se promova saúde e um envelhecimento saudável (Costa, 2013, p.11)

Dessa forma, levando em consideração o fato de que o processo de envelhecimento pode acarretar mudanças físicas e emocionais no ser humano, é de extrema importância e necessidade que esse grupo tenha acesso a profissionais capacitados, que o auxiliem na recuperação do seu corpo físico, como também psicológico, para prevenir doenças físicas ou emocionais como depressão e ansiedade.

Tendo em vista o aumento da expectativa de vida e o envelhecimento populacional, torna-se cada vez mais relevante compreender e promover o bem-estar físicos e psicológicos das pessoas idosas, uma vez que nessa fase de vida acontecem mudanças significativas, perdas de familiares queridos, alterações físicas, além da diminuição das atividades sociais, lembrando que todos esses fatores podem influenciar na qualidade de vida.

Observa-se crescimento da população de pessoas idosas com mais de 60 anos em todo mundo. No Brasil estima-se que ocupe o sexto lugar em 2025, deixando de ser um privilégio de países desenvolvidos (Brasil, 2012).

Dessa forma, o projeto de extensão observa as necessidades e fatores determinantes, que visam melhorar a qualidade de vida das pessoas, proporcionando-lhes acessos a informações, orientações, conscientização, e ações que possam ajudá-los a superar esses desafios nessa idade, valorizando a contribuição que essas pessoas deram à sociedade ao longo de suas vidas. Portanto, o projeto se justifica pela necessidade de oferecer apoio e proporcionar-lhes melhores condições de vida e bem-estar, levando em conta que a demanda foi construída a partir da identificação de necessidades, levantadas junto ao grupo assistido.

As ferramentas utilizadas para as ações práticas e teóricas do projeto foram desenvolvidas e preparadas a partir de pesquisas e estudos bibliográficos, pesquisas secundárias, pesquisa de campo, ferramentas como questionário e entrevista com o público-alvo, que se utilizam de: DSM-5 - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, para trabalhar parte teórica como depressão e ansiedade, 101 técnicas da terapia cognitivo-comportamental, para executar dinâmicas em grupo, a psicoeducação, isto é, técnica de exposição com fobia social, a respiração diafragmática que auxilia em restabelecer o

equilíbrio, almejando, à redução dos fenômenos associado à saúde mental na terceira idade.

O projeto que foi realizado no centro de convivência do idoso "Átila Alves Do Rosário, situado na Rua Levi Amaro Machado, nº 95, centro IRUPI/ES, deu continuidade após a identificação das demandas em conjunto, em um total de 25 participantes com idade de 50 a 70 anos, e também, a fisioterapeuta do grupo juntamente com o presidente da instituição e com os estagiários da Unifacig, teve duração de oito encontros, realizados uma vez por semana, as sextas-feiras.

Nesse sentido, foram realizadas atividades terapêuticas, recreativas, palestras participativas, roda de conversa, dinâmicas em grupos, orientação por meio de psicoeducação, debates, depoimentos, filmes de curta-metragem, tendo como objetivo contribuir para a compreensão da temática da saúde mental na vida das pessoas idosas, fornecendo conhecimento, orientação, suporte emocional, por meios de recursos e ferramentas adequadas, sendo atualizado de acordo com a necessidade do tema transversal. Visando-a sua promoção para enfrentamento e aprender a identificar e saber pedir ajuda, o projeto se organizou da seguinte forma: monitorado pelo professor Augusto César Soares da Cunha, , três alunos de psicologia do 7º período, com a cooperação do presidente e coordenador do grupo de idoso participante, realizou-se um plano de ação das atividades propostas e questões pautadas em opinião sobre o tema sugerido ressaltando, também, que foi recolhido feedback de como este projeto está acrescentando um diferencial na instituição e depoimento no final.

RELATO DOS ENCONTROS

- **Primeiro encontro - 03/03/2023.**

O primeiro encontro iniciou às 14h, com o total de 17 idosos no local. Foi proposto que esses primeiros contatos servissem para a apresentação do projeto, das alunas, conhecerem as pessoas idosas, falar sobre os possíveis temas da nossa intervenção e colher possíveis demandas a serem trabalhadas. Após o diálogo realizamos uma dinâmica.

As dinâmicas de grupo são ferramentas potentes para a criação de vínculo, promoção de reflexões, aprendizagem. Segundo Carvalho (2012) "...jogos e brincadeiras, no geral, são consideradas atividades dinamizadoras que podem estimular as funções cognitivas e a criatividade, ampliar o imaginário e o re-

pertório gestual, bem como liberar emoções e reforçar a autoestima”.

O intuito dessa dinâmica era de que eles pudessem interagir um com o outro e se conhecerem um pouco melhor. Foi pedido para que eles ficassem em dupla e foi determinado um tempo para que fizessem uma troca, assim cada um apresentou seu colega e suas características. Foi muito interessante para eles, pois tinham uma convivência, mas não se conheciam. Assim, finalizamos a dinâmica. Logo em seguida, realizamos dois sorteios de dois copos para eles, perguntamos o que eles acharam da proposta do projeto e pedimos um feedback do encontro. Também fornecemos um lanche e fizemos o encerramento.

- **Segundo encontro - 10/03/2023.**

Iniciamos o segundo encontro às 14h,, com o total de 15 pessoas, sendo três novatos. O tema proposto para esse encontro foi autoconfiança. Pode-se definir autoconfiança como “confiança em si próprio; segurança em si mesmo e nas suas próprias habilidades”(DICIO, 2018).

Alguns idosos tendem a se sentirem desprezados ou inferiorizados diante dos estereótipos que cercam a velhice. Diante disso torna-se necessário trabalhar a questão da autoconfiança nesse grupo de pessoas. “Muitos idosos rejeitam o próprio envelhecimento em virtude da imagem que fazem de si mesmos, desenvolvendo sentimento de autodesvalorização e de baixa autoestima” (CHAIM et al; 2009).

No início do encontro, foi feita uma roda de conversa para que eles se sentissem à vontade para participar e, nesse dia, a intervenção ficou por conta da Gabriela Gonçalves Gomes Dias, mas o grupo ajudou em tudo o que foi preciso.

As rodas de conversa são um espaço onde a pessoa idosa pode compartilhar suas opiniões, pensamentos, conhecimentos e contribuir com todo o grupo.

Afonso e Abade (2008) destacam que:

as rodas de conversa são utilizadas nas metodologias participativas. Seu referencial teórico parte da articulação de autores da psicologia social, da psicanálise, da educação e seu fundamento metodológico se alicerça nas oficinas de intervenção psicossocial, tendo por objetivo a constituição de um espaço onde seus participantes reflitam acerca do cotidiano, ou seja, de sua relação com o mundo, com o trabalho, com o projeto de vida.

A dinâmica proposta para o dia foi a do espelho, com o intuito de que o idoso olhasse dentro de uma caixa e falasse o quão importante era aquela pessoa

que aparecia na imagem mostrada. Foi chamado um a um no centro da roda e só podia revelar a “imagem” após todos participarem. Foi um momento bem descontraído e de diversão para cada um e foi possível perceber que eles têm uma grande dificuldade de falar sobre eles mesmos. Logo em seguida, foi explicada a proposta da dinâmica e a finalizamos com uma fala. Ao final, fizemos um bingo e o prêmio era uma boleira e um copo com decoração. Encerramos o encontro com um lanche, solicitamos o feedback e fizemos entrega de lembranças do dia das mulheres.

- **Terceiro encontro - 17/03/2023.**

No terceiro encontro, iniciamos às 14 h, com o total de 19 idosos e três pessoas visitantes. O tema proposto, nesse dia, foi depressão.

A depressão é um transtorno que pode ser diagnosticado em alguns níveis e em diversas fases da vida, como na adolescência, na vida adulta e na vida adulta tardia. Alguns estudos demonstram a elevada prevalência de distúrbios depressivos em idosos.

Segundo Drago (2011), “no idoso, os sintomas iniciais do quadro depressivo são relativamente inespecíficos, tais como a astenia, perturbações de sono, tristeza e ansiedade, desinteresse por hábitos e/ou prazeres habituais”.

A intervenção foi mediada pela Simonésia Azeredo Pereira e foi feita uma roda de conversa para que facilitasse o entendimento sobre o assunto.

As rodas de conversa podem ser um importante mecanismo de interação, identificação e criação de vínculos, principalmente entre a população idosa e é importante destacar que elas se diferenciam de uma terapia em grupo. De acordo com De Figueirêdo (2012), “para o desenvolvimento das rodas, os sujeitos podem se expressar no grupo, mas não é necessário que sejam revelados seus segredos”.

Os idosos tiveram total liberdade para falar sobre o assunto que foi explicado. Os principais tópicos abordados foram: o que é depressão, os gatilhos, os sintomas, entre outros. Também houve um momento em que eles puderam contar relatos deles e de familiares. No final, foi passado um vídeo com o tema “cachorro preto” (<https://youtu.be/6RIu4a7hdAA>), que conta o relato de um homem que tinha depressão e como ele a venceu. Dois idosos escreveram cartinhas de como eles se sentiram quando estavam passando por momentos difíceis do transtorno depressivo e como passaram por essa fase. Finalizamos o encontro, pedindo um feedback sobre esse momento e servindo um lanche.

- **Quarto encontro - 24/03/2023.**

No quarto, encontro iniciamos às 14h com o total de 14 pessoas e duas visitantes. O assunto abordado foi uma continuação da semana anterior, em que foi falado sobre os cuidados com a depressão.

Segundo Drago (2011), “a depressão constitui-se numa síndrome e muitos fatores contribuem para o seu desenvolvimento, dentre eles estão os biológicos/genéticos, psicológicos e sociais”.

A depressão diagnosticada como transtorno é diferente de uma simples tristeza, que é um sentimento que todos vivenciam no dia a dia. Por isso a importância de cuidar da saúde mental e saber identificar os sinais.

A condução ficou por conta da Maria Eduarda Caetano da Silva, mas todos fizeram uma parte. No primeiro momento, foi feita uma dinâmica de quebra-gelo e, logo após, iniciamos a intervenção. Falamos um pouco mais sobre o tema e os idosos tiveram total liberdade para falar o que eles já passaram, sobre o que já ouviram de pessoas e o que elas fizeram para ajudar a tratar a depressão. Ao final, servimos um lanche e para encerrar pedimos o feedback às pessoas idosas.

- **Quinto encontro – 31/03/2023.**

No quinto encontro, iniciamos às 14h, com o total de 15 pessoas e três pessoas novatas. O tema principal do encontro foi ansiedade.

O sentimento de ansiedade é normal em todos os seres humanos quando em níveis não prejudiciais. A partir do momento que os sintomas começam a atrapalhar as funções do dia a dia, essa ansiedade se torna patológica e necessita de tratamento psicológico. “A ansiedade e o medo passam a ser reconhecidos como patológicos quando são exagerados, desproporcionais em relação ao estímulo e interferem com a qualidade de vida” (Castillo, 2000).

No caso da vida adulta tardia, diversos fatores podem levar um indivíduo a desenvolver uma ansiedade, algumas vezes, associada com a depressão. Segundo Bellora (2021), no Brasil, alguns estudos mostram altas taxas de transtornos de ansiedade em pessoas idosas. A partir daí, destaca-se a importância de debater esse tema com a população idosa.

No início do encontro, foi realizada uma roda de conversa para que a condução ficasse mais fácil.

De acordo com Morais (2009), essas atividades com grupos de idosos dão oportunidade para que o idoso pense em novas perspectivas de vida e de futuro, além de ser um momento prazeroso para eles e que possibilita adquirir ou manter estratégias de enfrentamento da velhice.

O tema foi muito debatido. Os idosos falaram o que eles achavam que era ansiedade, quais os sintomas apresentados por uma pessoa ansiosa, etc. Foi explicado sobre alguns tipos de ansiedade e durante a intervenção também foi ensinada uma técnica de relaxamento. Logo após esse momento, passou-se um vídeo com o tema ansiedade (<https://youtu.be/G7Hqbeu5sHs>). Nesse dia, tivemos bastante contribuição e participação dos idosos. No momento final, pedimos um feedback do encontro e encerramos servindo um lanche.

● **Sexto encontro – 14/04/2023.**

No sexto encontro iniciamos às 14h, com 11 pessoas, e retomamos o tema ansiedade. Foi questionado o motivo da ansiedade na terceira idade e muitos deles levaram relatos deles ou de pessoas próximas.

É importante dar ênfase de que é nesta fase da vida das pessoas idosas que muitas vezes, surgem muitas patologias e que segundo Bernardino (2013) “adquirem um significado especial que se reflete no receio da dependência física, na desesperança em obter melhorias e na percepção do inexorável destino que se aproxima, a morte”.

Relembramos também sobre os tipos de ansiedade. Segundo Ramos (2009) sabe-se que existem alguns tipos diferentes de ansiedade: ansiedade normal, a patológica, transtorno de ansiedade generalizada, fobias, transtorno do estresse pós-traumático, dentre outros.

A dinâmica proposta no dia foi que eles tirassem o chapéu para a pessoa com quem mais se identificassem. Foi uma dinâmica muito boa e prazerosa para eles, que serviu para elevar a autoestima dos colegas durante a dinâmica. Encerramos a intervenção, pedindo o feedback e finalizamos distribuindo um lanche.

● **Sétimo encontro – 28/04/2023.**

Nosso último encontro começou às 14 h e durou até às 17h com o total de 16 pessoas. Nesse encontro, falamos um pouco de cada encontro que tivemos com eles, deixamos os participantes mais livres para que pudessem falar sobre os encontros passados. Preparamos a conclusão do projeto de acordo com os encontros que aconteceram.

Nesse dia, foram feitas perguntas, bingos, sorteios e foi um momento muito rico. Os feedbacks que tivemos foram ótimos. Todos os participantes que puderam estar ali em alguns dos encontros tiraram algumas dúvidas e ajudaram os colegas a entender melhor o que havia sido aplicado em cada encontro.

Por fim, tivemos a confraternização em que cada um levou o seu pratinho. Houve muitos relatos de situações que aconteceram com os próprios idosos e com as pessoas mais próximas a eles e esse momento foi para fazer uma conclusão geral do que já havíamos tratado. Também, pedimos o feedback geral do projeto.

Começamos o projeto com 17 pessoas e finalizamos com 16.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

1º Encontro:

O objetivo do primeiro encontro era conhecer as pessoas que participariam da Intervenção, apresentar o projeto, apresentar as alunas e colher possíveis demandas e esses objetivos se cumpriram. Foi um momento de interação e descontração em que foi possível perceber o interesse dos idosos e um sentimento de alegria por estarem fazendo algo diferente do comum.

Nesse primeiro encontro, os idosos ainda ficaram meio presos e não falaram tanto, por ser o primeiro contato deles conosco e esse foi nosso principal desafio.

2º Encontro:

No segundo encontro, já fomos com um tema a ser trabalhado que era autoconfiança. Primeiramente, realizamos uma roda de conversa, em que, no início, os idosos não falaram muito, mas ao longo do encontro, se soltaram mais. O objetivo foi transmitir um ensinamento sobre o que é autoconfiança, como se tornar uma pessoa confiante e como isso afeta a vida adulta tardia. Esse objetivo foi cumprido. Na dinâmica do espelho, eles se soltaram bastante e conseguiram compreender a mensagem que queríamos passar.

3º Encontro:

No terceiro encontro, os idosos já estavam mais falantes por já nos conhecerem e foram bem participativos. O tema trabalhado foi a depressão e alguns não sabiam muito sobre o assunto, enquanto alguns relataram casos de pessoas conhecidas que tinham o transtorno depressivo. Foi um encontro de bastante interação e eles demonstraram interesse ao que era falado.

4º Encontro

Nesse encontro, já podemos perceber a evolução dos idosos em relação ao se abrir a ao se comunicar conosco. Demos continuidade ao assunto depressão e tiramos algumas dúvidas. O objetivo era levar esse tema, debater sobre ele na fase da vida adulta tardia e fazer com que eles se sentissem à vontade para falar sobre eles mesmos e esse objetivo se cumpriu.

5º Encontro

No quinto encontro, começamos a trabalhar a questão da ansiedade e os idosos já estavam mais soltos para falar sobre o assunto e sentimos que esse tema já era conhecido pela maioria deles. O objetivo principal era transmitir um conhecimento acerca de transtornos de ansiedade e seus diversos tipos, principalmente, na vida adulta tardia. Esse objetivo se cumpriu e foi possível perceber a integração e participação dos idosos ao longo da reunião.

6º Encontro

No sexto encontro o tema sobre ansiedade foi continuado e os idosos estavam cada vez mais à vontade para se abrir. O objetivo foi dar continuidade ao assunto e fazer com que os idosos se abrissem mais. Esse objetivo foi concluído.

7º Encontro

No sétimo encontro, fizemos uma revisão sobre tudo que tínhamos abordado ao longo do projeto, pedimos o feedback e concluímos os assuntos tratados. Nota-se o desenvolvimento das pessoas idosas ao longo do projeto em relação a se abrir, a conversar mais e estarem interessados nos assuntos. O objetivo foi verificar a evolução da interação e do aprendizado das pessoas que participaram e esse objetivo foi alcançado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão proporcionou diversos conhecimentos sobre a temática ‘saúde mental’, contudo ao participantes absorveram muitos conhecimentos que antes não possuíam e ou que eram sustentados pelo senso-comum e, por meio dos conhecimentos adquiridos, agora eles conseguem identificar o fenômeno e orientar outras pessoas que sofrem. Assim, os participante nos

trouxeram a cada encontro os feedbacks em que diziam que conseguiram entender o que foram proposto e as duvidas foram esclarecidas s no encontro do dia ou no proximo, caso as estagiarias não soubessem responder no momento. Dessa forma, cabe ressaltar que a Psicologia no contexto da pessoa idosa, colabora com seu envelhecimento ativo, com sua autonomia e principalmente com suas vivências em seu território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ASSOCIATION (APA), A. P. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: Texto Revisado (DSM-IV-TR). [s.l.] Artmed, 2008.
- AUTOCONFIANÇA inDicio; 2009. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/autoconfianca/>.
- BELLORA, Roberta Magalhães et al. Transtornos de Ansiedade em Idosos. **PAJAR-Pan American Journal of Aging Research**, v. 9, n. 1, p. e40528-e40528, 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/pajar/article/view/40528/26993>.
- BERNARDINO, Ana Raquel Pais. **Depressão e ansiedade em idosos institucionalizados e não institucionalizados: Valorizar o envelhecimento**. 2013. Tese de Doutorado. Disponível em: <<https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2696/1/Tese%20final.pdf>>.
- BENEDETTI, T. Petrski E, e Gonçalves, L. **Exercícios físicos, auto imagem e auto estima em idosos asilados**. Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho humano, p.69.
- BRASIL. Lei nº 14.423 de Julho de 2022.
- BROTTO, Thaiana F. **Saúde mental para idosos**. 26 de novembro de 2022.
- CARVALHO, Noeme Cristina. **Dinâmicas para idosos: 125 jogos e brincadeiras adaptados**. Editora Vozes Limitada, 2012.
- COSTA, Patrícia Isabel Ferreira da Silva. **Promoção da Saúde mental em idosos: Projeto de Intervenção na Depressão com base na Animação Sociocultural**. 2013.
- CASTILLO, Ana Regina GL et al. Transtornos de ansiedade. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 22, p. 20-23, 2000.
- CHAIM, Janice; IZZO, Helena; SERA, Celisa Tiemi Nakagawa. Cuidar em saúde: satisfação com imagem corporal e autoestima de idosos. **O mundo da saúde**, v. 33, n. 2, p. 175-181, 2009. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/bruna-123,+6.pdf>>.
- DE FIGUEIRÊDO, Alessandra Aniceto Ferreira; DE QUEIROZ, Tacinara Nogueira. A utilização de rodas de conversa como metodologia que possibilita o diálogo. 2012.
- DRAGO, Susana Margarida Mestre Santos et al. **A depressão no idoso**. 2011. Tese de Doutorado. Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Saúde de Viseu. Disponível em: <<https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/1663/1/DRAGO%20Susana%20Margarida%20Mestre%20Santos%20-%20Diss%20mestrado.pdf>>.
- ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, Endereço: Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1886 - Marília -SP- CEP 17.514-000 Email: marnadia@terra.com.br. Telefone: (14) 3413-8874, 30 nov. 2015. ISSN: 2447-780X, p. 26 A 34.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro de 2022.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica Brasileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população**. Rio de Janeiro, 2016.
- IRIGARAY, T. Q.; SCHNEIDER, R. H. Prevalência de depressão em idosas participantes da Universidade para a Terceira Idade. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, v. 29, n.1, p. 19–27, abr. 2007.
- LIMA, M. OLIVEIRA, P e Godinho, P. **Promover o bem estar dos idosos institucionalizados: um estudo explora-**

tório com treino em mindfulness. Revista Portuguesa de Pedagogia, p.165.

MANUAL de Terapias Cognitivo-Comportamentais - 2.ed: Keith S. Dobson. **Artmed Editora**, 2006, [S. l.], 8 maio 2006. Artmed Editora, 2006, p. 340 páginas.

MIRANDA, Maria Aurení de Lavor. **Envelhecimento e saúde mental**: uma proposta de educação em saúde para o viver saudável. Florianópolis, 2014, p.11.NO MUNDO, a população com 65 anos ou mais deve dobrar até 2050: pessoas com 65 anos ou mais no mundo devem dobrar.

ONU. **Repórter da ONU News - Nova York**, Repórter da ONU News - Nova York, 12 jan. 2023. Como o mundo continua enfrentando múltiplas crises, incluindo o aumento do custo de vida, os direitos e o bem-estar dos idosos devem estar no centro dos esforços coletivos para alcançar um futuro sustentável, p. 1. Disponível em: /agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2023-01. Acesso em: 18 jun. 2023.

MORAIS, Olga Nazaré Pantoja de. Grupos de idosos: atuação da psicogerontologia no enfoque preventivo. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 29, p. 846-855, 2009.

RAMOS, Renato Teodoro. Transtornos de ansiedade. **Revista Brasileira de Medicina**, v. 66, n. 11, p. 365-374, 2009. Disponível em: <https://ebramec.edu.br/wp-content/uploads/2019/02/TRANSTORNOS-DE-ANSIEDADE.pdf>.

SAÚDE, O. M. DA. CID-10: Classificação Estatística Internacional de Doenças com disquete Vol. 1. [s.l.] EDUSP, 1994.

GUIA DO ESTUDANTE. Técnicas de respiração para controlar a ansiedade. Guia do Estudante. 2020: técnicas de respiração para controlar a ansiedade. Guia do Estudante. 2020. [S. l.], p. 7, 31 dez. 2020.

3

CONTRIBUIÇÕES DA ORIENTAÇÃO PARENTAL NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO-JUVENIL – CAPS I

- ▶ Iara Aguiar Emerick
- ▶ Juliana Gomes De Souza
- ▶ Augusto Cesar Soares Da Cunha
- ▶ Gederson Camâra Marques

INTRODUÇÃO

O DSM-5-TR define o Transtorno do Espectro Autista (TEA) como transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades de interação social, comunicação e comportamentos repetitivos restritos. Assim são considerados critérios de diagnóstico para o mesmo: déficits persistentes na comunicação social e interação social; déficits de reciprocidade socioemocional; déficits em comportamentos comunicativos não verbais; déficits no desenvolvimento, manutenção e compreensão de relacionamento. O DSM-5-TR define também os níveis de gravidade do TEA, sendo separado em três que são: níveis um, dois e três de suporte, sendo assim, o nível um de menor necessidade de suporte, e o nível três maior necessidade de suporte.

Diante a esse diagnóstico, existem estratégias e técnicas usadas como intervenções para crianças autistas, que tem a finalidade ajudar os familiares/cuidadores a lidarem com os comportamentos prejudiciais e, ensinar habilidades essenciais para o seu desenvolvimento. É importante que as intervenções sejam realizadas de maneira precoce e intensiva.

A intervenção precoce, realizada nos primeiros anos de vida, pode melhorar o resultado no desenvolvimento da criança com TEA e reduzir os riscos de agravamento dos sintomas (Dawson *et al.*, 2012; Rogers *et al.*, 2012). Os

resultados mostraram que as crianças que receberam intervenção intensiva tiveram ganhos significativos em todas as áreas do desenvolvimento, enquanto as que não passaram pela intervenção tiveram ganhos menos pertinentes (Gomes *et al.*, 2019). Este período constitui-se como uma janela de oportunidades, devido à alta plasticidade cerebral, possibilitando a reorganização de redes neuronais (Dawson, 2008).

Logo, as intervenções realizadas, para que tal aconteça de forma intensiva, o suporte e auxílio da família é indispensável, pois além de família proporcionar o primeiro e mais importante contexto interpessoal para o desenvolvimento humano e, como resultado, as relações familiares terem uma profunda influência sobre a saúde mental das crianças (Gomide, 2004), a família consegue também realizar intervenções em contextos vivenciados no dia a dia, de forma natural e necessária para o melhor desenvolvimento da criança.

Por isso, se torna de suma importância, além da realização das intervenções, o apoio da família. E para que a família possa ajudar de forma correta e fidedigna às necessidades da criança, são necessárias orientações parentais, cujo objetivo além de acolhimento é também o de auxílio e treinamento para que os pais/cuidadores realizem de maneira correta essas intervenções continuadas.

A vista dessa assistência que é necessária para que a criança com TEA tenha um melhor desenvolvimento, realizaremos o presente projeto que busca orientar as famílias/cuidadores de maneira simples e objetiva, uma vez que em estudos qualitativos de (Korte *et al.*, 2022) descreve que fazer a orientação parental colabora com o tratamento em casa e, a lidar com aceitação do diagnóstico. Muitos pais, por exemplo, sofrem muito com a adaptação e aceitação do diagnóstico e é aí que psicologia se faz presente com a orientação parental.

No estudo conduzido por Kasari *et al.*, (2015), foi realizado um comparativo entre duas abordagens parentais: JASPER e Psicoeducação (PEI). Ao longo de um período de 10 semanas, os participantes de ambos os grupos foram submetidos a sessões semanais de intervenção, com duração de uma hora. Os resultados indicaram que os pais que passaram pela intervenção JASPER demonstraram avanços consideráveis na habilidade de "engajamento conjunto", em comparação com o grupo que recebeu a intervenção PEI. Essa melhora foi notável e manteve-se ao longo dos 6 meses de acompanhamento.

Além disso, os efeitos da abordagem JASPER também foram evidentes em áreas complementares, como as habilidades de brincar e sua aplicabilidade na dinâmica da sala de aula da criança. Enquanto os pais submetidos à interven-

ção PEI reportaram uma redução no nível de estresse, os pais que participaram do grupo JASPER mantiveram níveis elevados de estresse. Dessa forma colaborando para o conhecimento e entendimento dos pais atípicos a respeito do que é o TEA, afim de se tornarem capazes de estimular seus filhos no dia a dia, dando condições na melhora na saúde e bem-estar dos envolvidos, sejam eles a própria criança e os familiares/cuidadores.

Para auxiliá-las nesse processo de quebra dos entraves, bem como para facilitar a comunicação e a interação, se pode fazer uso de técnicas de dinamização de grupo, sendo utilizados recursos lúdicos ou não. Apesar de os coordenadores poderem escolher uma técnica visando um objetivo, é o grupo quem “dá a palavra final”, ou seja, é ele quem vivencia e direciona a técnica para seus objetivos (Figueirêdo; Queiroz, 2012). Portanto, realizar uma orientação do que é o TEA, e de como lidar com a criança através de métodos no ambiente familiar, longe de toda a equipe multidisciplinar foi o foco do projeto.

DESENVOLVIMENTO

O Transtorno do Espectro do Autista (TEA) é um diagnóstico relevante na primeira infância e representa um problema de saúde pública, devido à alta prevalência, ao custo alto do tratamento e à falta de serviços disponíveis. Este transtorno é caracterizado por prejuízos na comunicação e interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses ou atividades, que podem variar em níveis de gravidade (APA, 2013).

Pensando nessa problemática, busca-se meios para orientar essas relações parentais, focando na abordagem análise comportamental, que tem como objetivo principal compreender o comportamento humano a partir de sua interação com o ambiente (Moreira; Medeiros, 2019).

As primeiras percepções e experiências exercem grande influência durante todo o desenvolvimento do indivíduo, inclusive nos aspectos cognitivos, por isso, sendo de extrema importância a participação da família e/ou cuidadores, pois serão eles que possibilitarão maneiras do indivíduo não só experimentar, mas também de proporcionar um ambiente seguro e saudável que possibilite a criança desenvolver suas percepções e imagens corporais (Da silva et al., 2018).

No Brasil, a maior parte dos atendimentos de pacientes com TEA ocorre na rede pública, através do Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, o número de instituições especializadas é insuficiente, sendo distribuído de forma irre-

gular no país. Os tratamentos oferecidos diferem quanto aos procedimentos adotados e carecem de embasamento em evidências científicas (Portolese et al., 2017).

A dificuldade de acesso aos serviços de saúde tem sido associada à sobrecarga emocional e diminuição da qualidade de vida dos pais e cuidadores de crianças com TEA (Gomes et al., 2015). O período prolongado de espera entre o diagnóstico e o início da intervenção pode intensificar a severidade dos sintomas e aumentar os atrasos no desenvolvimento infantil (Rogers et al., 2012).

Intervenção de orientação parental para o TEA, realizado por profissionais especializados e baseado em evidências, pode possibilitar o tratamento a mais e ser potencialmente econômico. O acesso precoce e apropriado à intervenção melhora os resultados da criança e reduz a longo prazo os custos de vida para o indivíduo, a família e a sociedade (Eapen et al., 2013).

O projeto foi desenvolvido tendo como metodologia de aplicação a roda de conversa, que é definida como momentos dedicados ao debate sobre um determinado tema, nos quais os participantes se reúnem formando um círculo e todos têm oportunidade de expressarem-se, dentro de uma determinada ordem, previamente informada pelo mediador, que é a pessoa responsável por organizar e conduzir o diálogo (Soares, 2019).

Assim sendo utilizado a pesquisa participante, de cunho qualitativo com familiares e cuidadores de crianças diagnosticadas com TEA e/ou outros transtornos em que a ciência Análise do Comportamento Aplicada (ABA) se evidencia eficaz, que são atendidas e acompanhadas pelo Centro de Atenção Psicossocial Infante-Juvenil (CAPS I), na cidade de Manhuaçu, localizado na zona da mata, no estado de Minas Gerais.

O projeto foi executado com 20h práticas, sendo realizados onze encontros em um período de dois meses e, vinte e oito dias, assim tendo encontros grupais semanais com duração de duas horas, onde realizamos as intervenções com as famílias/cuidadores.

Importante destacar a participação de alguns profissionais do CAPS I, e em relação aos membros do grupo por parte das famílias/cuidadores cerca de 90% eram compostas pelas mães e 10% pelos pais e cuidadores, realizamos também durante esse período reuniões com a coordenação da instituição, além de entrevistas feitas individualmente com as famílias inseridas.

Os encontros foram planejados e organizados visando a ciência ABA que inicialmente, pode ser definida como um sistema teórico para a explicação e modificação do comportamento humano baseado em evidência empírica (He-

flin; Alaimo, 2007). Como uma abordagem científica, ABA é definida como um método para avaliar, explicar e modificar comportamentos baseado nos princípios do condicionamento operante introduzidos por B.F.

Skinner (Skinner, 1953). Comportamentos que são seguidos por consequências que são especificamente agradáveis para o sujeito (por exemplo, atenção ou recompensa) tendem a ser repetidos e aprendidos, enquanto comportamentos que tem como consequência situações desagradáveis para o sujeito (por exemplo, uma reprimenda), tendem a não ser repetidos ou não aprendidos (Alberto; Troutman, 2009).

Cada encontro foi trabalhado uma temática diferente, falamos sobre a definição do TEA, quais são suas principais características, marcos do desenvolvimento infantil, técnicas do ABA (reforçamento positivo, previsibilidade, antecedente, comportamento e consequência) punição positiva que é descrita pela análise do comportamento como a operação é de adição e negativa que envolve estímulo apetitivo (Hunziker, 2011).

Logo além de se tratar de um momento de aprendizado, se fez presente também o acolhimento dessas famílias, que acabam sendo deixadas de lado, o apoio, a aceitação do diagnóstico, e vale ressaltar o acolhimento feito de ambas as participantes que por passarem pelo mesmo processo, utilizaram de suas experiências pessoais para acolher e orientar as demais.

Utilizamos a ferramenta formulários Google para capturar os feedbacks das famílias inseridas. Como a pesquisa tem cunha qualitativo lançamos perguntas fechadas com as opções apenas de "sim" ou "não" e um campo para relatarm qual foi a experiência em ter participado dos encontros feitos no decorrer do projeto.

As perguntas direcionadas para os participantes foram: o projeto atendeu suas expectativas? A forma que foi abordado as intervenções, foi de maneira clara e objetiva?

Conseguiram colocar em prática as técnicas ensinadas durante as intervenções? O projeto aprimorou suas habilidades em lidar melhor no dia a dia com seu (sua) filho(a)? Gostaria de participar novamente? Para todas as perguntas 100% dos participantes responderam que sim.

Diante das respostas e relatos feitos pelos participantes é perceptível a visualização de que atingimos os objetivos propostos no presente projeto, as famílias se sentiram acolhidas e orientadas diante ao Transtorno do Espectro Autista (TEA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o projeto objetivou o apoio a famílias/cuidadores de crianças atípicas, o grupo desenvolvido foi ocupado por profissionais que faziam parte da instituição do CAPS I e diante a questionário aplicado, obtemos respostas satisfatórias do quão eficaz foi levar como apoio de intervenção, o grupo de orientação parental.

Destaca-se a importância da psicoeducação sobre o transtorno, suas características, comorbidades, meios de intervenção e propostas de intervenções diárias no cotidiano das crianças com a família/cuidadores. Portanto práticas educativas parentais adequadas resultam num melhor desenvolvimento da criança, refletindo em todos os contextos em que ela está inserida, incluindo seu desempenho escolar e relacionamento social (Minetto, 2012).

Contudo, a psicologia traz contribuições da orientação parental para espaços de centro de atenção psicossocial infanto-juvenil – CAPS I, no que tange a regulação emocional, habilidades sociais e manejo de comportamentos. Assim, afirma-se que no contexto de saúde mental a Psicologia é estratégica e necessária como suporte para as famílias e usuários dos serviços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Alberto, P. A.; Troutman, A. C. Applied behavior analysis for teachers. 8th ed. Upper Saddle River, NJ: Pearson Education, Inc., 2009.
- American Psychiatric Association (APA). Diagnostic and statistical manual 5 th edition (DSM-5). Arlington, VA: American Psychiatric Publishing, 2013.
- Associação Americana de Psiquiátrica et al. DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais . Art-med Editora, 2014.
- Bittencourt , M. F. .; Danzmann, P. S. .; Aguiar, J.; Santos, M. P. .; Kruehl, C. S. .; Paludo, S. dos S. .; Abaid , J. L. W. . Evidências de validade de intervenções em grupo para orientação parental: Uma revisão integrativa. Research, Society and Development, [S. l.], v. 10, n. 5, p. e31010514942, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i5.14942. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14942>. Acesso em: 1 maio. 2023.
- Caballo, V. E., & Simon, M. A. (2004). Manual de psicologia clínica infantil e do adolescente: transtornos específicos. Livraria e Editora Santos, 2004.
- Dawson G. Early. Behavioral intervention, brain plasticity, and the prevention of autism spectrum disorder. Development and Psychopathology, 2008, 20 (3): 775-803.
- Dawson G, Jones EJ, Merkle K, Venema K, Lowy R, Faja S, Webb SJ. Early behavioral intervention is associated with normalized brain activity in young children with autism. Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry, 2012, 51: 1150- 1159.
- da Silva, Anne Karollyne Lins et al. O impacto da negligência familiar no desenvolvimento infantil. Gep News, v. 1, n. 1, p. 274-279, 2018.
- de Figueirêdo, Alessandra Aniceto Ferreira; DE QUEIROZ, Tacinara Nogueira. A utilização de rodas de conversa como metodologia que possibilita o diálogo. 2012.
- de Korte MWP, Kaijadoe SPT, Buitelaar JK, Staal WG, van Dongen-Boomsma M. Pivotal Response Treatment (PRT) - Parent Group Training for Young Children with Autism Spectrum Disorder: A Qualitative Study on Perspectives of Parents. J Autism Dev Disord. 2022 Jan 27:1–14. doi: 10.1007/s10803-021-05397-8. Epub ahead of print. PMID: 35083605; PMCID: PMC8791680.
- Eapen V, Crnčec R, Walter A. Clinical outcomes of an early intervention program for preschool children with Autism Spectrum Disorder in a community group setting. BMC Pediatr. 2013 Jan 7;13(1):3. doi: 10.1186/1471-2431-13-3. PMID: 23294523; PMCID: PMC3631131.
- Gomide, P. I. C. (2004). Pais presentes, pais ausentes. Petrópolis: Vozes.
- Gomes PT, Lima LH, Bueno MK, Araújo LA, Souza NM. Autism in Brazil: a systematic review of family challenges and coping strategies. J Pediatr (Rio J). 2015;91:111-21. ISSN 1678-4782. <https://doi.org/10.1016/j.jped.2014.08.009>.
- GOMES, C. G. S. et al. Efeitos de Intervenção Comportamental Intensiva Realizada por Meio da Capacitação de Cuidadores de Crianças com Autismo. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Scielo Brasil, v. 1, n. 1, out./2019.
- GUIMARÃES, A. F. et al. Risk of developmental delay of children aged between two and 24 months and its association with the quality of family stimulus. Rev. paul. pediatr., Dec 2013, vol. 31, no. 4, p. 452-458. ISSN 0103-0582
- HEFLIN, L. J.; ALAIMO, D. F. Students with autism spectrum disorders: effective instructional practices. Upper Saddle River, NJ: Pearson Education, Inc., 2007.

HUNZIKER, Maria Helena Leite. Afinal, o que é controle aversivo?. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, v. 19, p. 9-19, 2011.

Kasari C, Gulsrud A, Paparella T, Helleman G, Berry K. Randomized comparative efficacy study of parent-mediated interventions for toddlers with autism. *J Consult Clin Psychol*. 2015 Jun;83(3):554-63. doi: 10.1037/a0039080. Epub 2015 Mar 30. PMID: 25822242; PMCID: PMC4755315.

Minetto, Maria de Fátima et al. Práticas educativas e estresse parental de pais de crianças pequenas com desenvolvimento típico e atípico. *Educar em revista*, p. 117-132, 2012.

Rogers SJ, Estes A, Lord C, Vismara L, Winter J, Fitzpatrick A, Dawson G. Effects of a brief Early Start Denver Model (ESDM)-based parent intervention on toddlers at risk for autism spectrum disorders: A randomized controlled trial. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 2012, 51(10):1052-1065.

Portolese J, Bordini D, Lowenthal R, Zachi EC, Paula, CS. Mapeamento dos serviços que prestam atendimento a pessoas com transtorno do espectro autista no Brasil. *Cad. Pós-Grad. Distúrb. Desenvol.* 2017, vol.17, n.2, pp. 79-91. ISSN 1519-0307. <http://dx.doi.org/10.5935/cadernosdisturbios.v17n2p79-91>.

SKINNER, B. F. *Science and human behavior*. New York: Free Press, 1953.

SOARES, A. P. C. Roteiro para Roda de Conversa sobre PNAES. 2019.

4

PROCESSOS DE INSERÇÃO SOCIAL E CONTEXTO DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS – APAC

- ▶ Denise Florêncio Robadel
- ▶ Emanuelle Silva Ferreira
- ▶ Lis Rayara Pires Muzzi
- ▶ Augusto César Soares Da Cunha
- ▶ Márcio Rocha Damasceno

INTRODUÇÃO

O projeto de extensão e intervenção iniciou no primeiro semestre de 2023 na APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) de Manhumirim – MG, com o intuito de auxiliar os presidiários de tal instituição a se prepararem para o retorno ao meio social, partindo do pressuposto de que, os condenados, saindo da instituição, passam por muitos desafios, como: enfrentar o preconceito social, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, entre outros desafios. Para isso, a proposta surgiu alicerçada em ideias de conscientização, através de grupos focais com temas conceituais, dinâmicas e desenvolvimento de práticas que visavam a autonomia e o bem-estar dos mesmos.

Assim foi realizado na APAC localizada no Córrego Barra do Lessa, Manhumirim – MG, cidade da Zona da Mata Mineira, onde o projeto contou com a orientação de docentes do Centro Universitário UNIFACIG – em Manhuaçu, no campus Alfa Sul localizado R. Darcí César de Oliveira, 600 – Manhuaçu/MG.

A APAC (Associação de Proteção e assistência aos Condenados) é uma instituição de aprisionamento que foi criada por Mário Ottoboni onde:

“o objetivo prioritário era, e continuará sendo, de inovar, sair da vala comum do sistema prisional, que via de regra teima em castigar o infrator, com o afastamento puro e simples do convívio social, desprezando o essencial: prender e recuperar, para evitar a reincidência, e proteger a sociedade” (Ferreira; Ottoboni, 2016).

Sendo assim, visa trabalhar com sujeitos que cometeram algum tipo de violação, a fim de recuperá-los e devolvê-los ao meio social, bem como afirma Ferreira e Ottoboni (2016) “matar o criminoso e salvar o homem”, salientando também a prática de ações de conduta e valorização do ser humano, estabelecendo o diálogo entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, como também demais setores sociais envolvidos nesta missão.

Cada instituição administra seus presos de forma particular, dentro dos parâmetros da organização. A APAC de Manhumirim – MG atualmente, conta, ao todo, com 75(setenta e cinco) homens, oferecendo aos mesmos o sistema penitenciário fechado, no qual é dividido em dois, o sistema fechado 1 (um), na qual conta com 42 (quarenta e dois) homens, onde estão os homens que vão chegando e se adaptando ao sistema prisional, de maneira que ao melhorar conduta, passam para o sistema fechado 2 (dois), na qual conta com 33 (trinta e três) homens, onde ficam mais livre e próximos de serem libertos.

Dessa maneira este projeto pretende consolidar com os objetivos já propostos pela APAC e complementar o processo de recuperação com a proposta de extensão voltada para o comportamento assertivo dentro da sociedade, como também a valorização do homem e sua identidade.

O projeto de extensão surge com a reflexão crítica a partir do trabalho do Psicólogo em Instituições e, nessa perspectiva ainda nos direciona em como é atuação deste profissional nas instituições junto ao sujeito privado de sua liberdade. Assim, repensando o sistema prisional tradicional (em que muitas das vezes o sujeito está exposto a condições desumanas), surge o Método APAC (com práticas mais humanizadas) como campo de estudo e intervenção deste projeto de Extensão. Siqueira, Pozzoli, Cachichi (2020), trazem importantes críticas em seus estudos sobre a forma de tratamento que muitos indivíduos no sistema prisional são submetidos, quando encarcerados (onde quase sempre não são vistos como seres humanos) e, utilizando do seu erro ou do crime que cometeu, as instituições tradicionais, justificam suas punições que, muitas vezes, ferem os Direitos Humanos, fundamentais dos indivíduos.

Os autores ainda enfatizam:

“Quando o condenado tem seus direitos mais básicos violados e é depositado no cárcere como se a sociedade – pelas mãos do Estado – quisesse mesmo se livrar dele, então a ideia mesma de recuperação, arrependimento e perdão se tornam impensáveis e impossíveis na prática.” (Siqueira; Pozzoli; Cachichi, 2020, p. 1318).

Visto que práticas que sejam de caráter discriminatório, ou que sejam de apoio a atos que discriminam, exploram e usam de crueldade ou da opressão no tratamento dos sujeitos, vai diretamente contra o Código de Ética da(o) Profissional Psicólogo (2005), como descrito em seu Art. 2º que diz o que é vedado ao psicólogo, como em sua alínea 'a' Praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão.

Também em sua Resolução 09/2010, o Conselho Federal de Psicologia, que regulamenta a atuação do psicólogo no sistema prisional, em seu Artigo 2º, onde *'Em relação à atuação com a população em privação de liberdade ou em medida de segurança, o psicólogo deverá'*, em sua alínea 'b': *Promover práticas que potencializem a vida em liberdade, de modo a construir e fortalecer dispositivos que estimulem a autonomia e a expressão da individualidade dos envolvidos no atendimento.* Conscientes do compromisso social em relação à situação de vulnerabilidade e a discriminação desses sujeitos, o projeto visou dar assistência aos recuperandos inseridos no método APAC.

De acordo com Pimenta e Fonseca (2017), a utilização do método da APAC é eficaz no quesito de trazer novas possibilidades aos recuperandos, mostrando novas formas de dar continuidade à sua história, sem ter de retornar à criminalidade. Dessa forma, numa perspectiva mais esperançosa e uma visão mais humanizada, entende-se que APAC colabora para restituir a dignidade da pessoa e conseqüentemente, poder impactar no nível de reincidências dos crimes e colaborar numa sociedade mais segura.

É necessário estar atento que ao atuar em contextos de privação de liberdade, devemos *"Desnaturalizar, ouvir, incluir, respeitar as diferenças, promover a liberdade são missões do psicólogo. Classificar, disciplinar, julgar, punir são missões impossíveis para o psicólogo"* (Conselho Federal de Psicologia, 2010, p. 55), onde pensar nesses aspectos nos direciona o olhar ao método APAC, que em seus fundamentos torna possível o exercício profissional da Psicologia, de acordo com as perspectivas éticas a que nos é exigido. A metodologia compreende que acima de tudo, apesar das limitações de cada sujeito em recupe-

ração, ele ainda faz parte da sociedade e como qualquer outro, merece o lugar de fala e de condições que o façam se desenvolver e mostrar suas capacidades (Siqueira; Pozzoli; Cachichi, 2020).

Como Karam (2011) propõe, pensando na atuação do psicólogo no trabalho com os indivíduos que estão em um contexto de privação de liberdade, é importante que as intervenções devam ser feitas de modo a fazê-los pensar e refletir o contexto como um todo, suas vivências, a forma como funciona suas relações e o impacto na sociedade como um todo. O psicólogo deve colaborar nessa construção reflexiva, que pode proporcionar pensamentos, comportamentos e ações que sejam mais adaptativas e colaborem na saída, para contribuir na chamada "reintegração social". Assim, a APAC pode ser entendida como:

"(...) um ambiente extremamente acolhedor e humano, no qual é possível o despertar no recuperando de sua capacidade de viver harmonicamente, de assumir e partilhar responsabilidades, de servir ao próximo e, principalmente, entender que possui valores como todos os outros indivíduos." (Veloso; Silva; Nobre, 2016, p.14)

Desse modo, sabendo que a prisão tradicional tem muitas controvérsias e impossibilidade de se trabalhar e colaborar com a ressocialização e reintegração do sujeito na sociedade, em que ainda perpetuam os sistemas de dominação e funcionam como mais um lugar de produção de sofrimento dos sujeitos nela inseridos (Araújo, 2020), o projeto de extensão pretendeu colaborar no processo de recuperação dos indivíduos que fazem parte da Apac de Manhumirim, pensando nela como uma instituição que possibilita um trabalho que vai de encontro com o dever enquanto futuras profissionais da psicologia. Procurando abordar temáticas por eles levantadas como principais geradoras de sofrimento e estigmatização dos mesmos, espera-se que os recuperandos encontrem para si, caminhos mais adaptativos e que lhe gerem menos sofrimento psíquico, como o apoio e direcionamentos necessários.

DESENVOLVIMENTO

No Brasil, como nova alternativa para o tratamento e recuperação de apri-
sionados, surge a criação e implementação de um novo modelo de entidade. A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), trata-se de uma instituição autônoma e sem fins lucrativos, que trabalha em conjunto com

a FBAC (a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados) e é respaldada pela Constituição Federal para que ela seja executada e aplicada para condenados dos sistemas prisionais comuns (Ottoboni, 2016).

O método APAC é implementado de maneira que os recuperandos (modo como chamam os internos da instituição) sejam os principais agentes de sua mudança. Para isso, é trabalhado temas e ações no contexto e rotina da instituição para que tenham uma aproximação com um aprendizado vinculado a questões sociais de entendimento e reflexão, além de proporcionar espaço que os capacita e que vão auxiliar no mercado de trabalho na saída, e por fim ainda existe um caráter espiritual que é forte e também é colocado como um fator auxiliador nesse processo de mudança dos condenados (Vargas, 2009).

Na construção do método apaqueano, as atividades e intervenções realizadas são embasadas em doze elementos fundamentais propostos pelo fundador Mário Ottoboni, descritos no trecho:

"A participação da comunidade, o recuperando ajudando o recuperando, o trabalho, a religião, a assistência jurídica, a assistência à saúde, a valorização humana, a família, o voluntário e o curso de formação, o Centro de Integração Social (estrutura física), o mérito e a Jornada de Libertação (encontro espiritual para a formação Cristã inicial)" (Ottoboni 2006 apud Muhle, 2013, p.154).

Com relação aos doze fundamentos, em síntese, a participação da comunidade é um fundamento que procura restabelecer os vínculos e aproximar as pessoas para esse processo de recuperação; o recuperando ajuda recuperando é o fundamento em que se trabalha a responsabilidade afetiva, solidariedade e a vida em comunidade; o trabalho é o fundamento que ajuda no processo de disciplina e desenvolvimento no geral; a religião funciona como a ferramenta de "redenção", que é fortemente trabalhada; a assistência jurídica ela funciona como possibilitadora de todo o processo, ela quem viabiliza condições para todos os recuperandos; a assistência à saúde, que presta serviços em diversas áreas, como serviço odontológico, psicológico e etc; a família, que é inserida e que geralmente está em processo de mudança também, é grande apoiadora e importante na recuperação; os voluntários, como parceiros que ajudam no funcionamento e nesse processo de reintegração; o CRS (Centro de Reintegração Social) que gere o funcionamento de ferramentas de integração dentro da APAC; o mérito, que é o reconhecimento da disciplina e melhora alcançada pelos recuperandos; a Jornada de Libertação: que traz testemunhos e trata-se de um momento de refletir sobre todo o processo desde que se entra na insti-

tuição; e a valorização da vida humana, que leva em consideração a dignidade da pessoa no processo de desenvolvimento do recuperando (Ottoboni, 2016).

Os doze elementos que sustentam a APAC, são apresentados como norteadores do processo de recuperação dos apenados. Nesse sentido, o objetivo é fazer com que esses sujeitos recuperem sua autoestima, sendo capazes de reconhecer suas potencialidades, demonstrando a valorização humana (Valdeci 2007 *apud* Vargas, 2009).

De Oliveiras Gamba e Veloso (2020), descrevem o modelo carcerário tradicional, além de ferir os direitos humanos, ele não visa compreender e de fato ressocializar o indivíduo, mostrando a ineficiência do modelo punitivo adotado nos sistemas prisionais comuns. Assim o apenado acaba perdendo parte de sua identidade, e esse sofrimento também gera desesperança. Sendo assim, os autores pontuam a necessidade do auxílio nessa reconstrução de identidade, respeitando a dignidade humana e a valorização da vida, o que é visto no contexto das APAC'S. Essa "restauração", se faz partindo do pressuposto de que os recuperandos sejam instigados a pensar sobre seus erros, a responsabilidade e consequências que os seus atos trouxeram ou podem trazer a sociedade (Ottoboni, 2016).

As APAC 's de modo geral tem diferentes modelos de regime: o regime fechado, o semiaberto e o aberto; e em cada um desses regimes o trabalho com os recuperandos possui enfoques, mas são trabalhados de maneira progressiva e complementar. O regime fechado foca na questão dos valores humanos, levando em conta a recuperação da autoestima e reconhecimento das potencialidades do sujeito; o regime semiaberto foca mais na profissionalização e da disciplina como um todo; enquanto o aberto é mais focado na reintegração social, visto que o recuperando está no processo final de recuperação (OTTOBONI, 2016). Em relação a esses enfoques, entende-se que o regime fechado, é o espaço mais propício para a discussão dos fatores intrínsecos que constituem o sujeito encarcerado.

A contribuição da Psicologia pode fazer com que o sujeito ferido e cercado pela culpa e vergonha, reconheça e assimile os componentes desse sentimento, gerando aceitação pelo ocorrido, o perdão e um conhecimento de si próprio (Pinto, 2005). Ainda nesse sentido, Siqueira, Pozzili e Cachichi (2020, p.1328) complementam que o trabalho estabelecido na APAC reconhece que é necessário esse suporte: "que consiste em apoiar os recuperandos, mostra que eles são dignos desse perdão porque são falhos como os demais seres humanos". Ou seja, a psicologia pode ser inserida nesse espaço de recuperação dos in-

ternos, por conseguir através da terapêutica auxiliar em um processo que é extremamente importante para o bem-estar desses indivíduos e desenvolvimento de cada pessoa.

Compreende-se que além da assistência jurídica, da inserção da família no processo de recuperação, e o método do trabalho dentro da instituição; o que deve ser priorizado é a assistência à saúde, o que inclui também a dimensão psicológica, pois ela é, como Ottoboni explica: *"um elemento intrinsecamente ligado à garantia da dignidade da pessoa humana"* (Ottoboni 2006 *apud* Velloso; Silva; Nobre, 2016, p.15). Entretanto, mesmo que haja um reconhecimento das bases da APAC e seus princípios sejam bem organizados, ainda podem existir dificuldades e problemas dentro da instituição. Como explicitado por um entrevistado do estudo de Lopes e Clementel (2010), podem ocorrer desvios e entendimentos errôneos sobre os fundamentos, ou ainda se focar em alguns e não levar em conta outros, como por exemplo: achar que somente o trabalho e a educação seriam suficientes para a recuperação e deixar de lado o viés em que se provoca o sujeito a pensar, refletir e mudar conceitos que sejam os causadores de grandes sofrimentos e que ajudariam na efetiva mudança.

Como De Medeiros e Silva (2014) explicam, o profissional de Psicologia ao adentrar no contexto prisional, antes de tudo deve reconhecer que o trabalho realizado deve ser envolto no respeito aos direitos humanos, além de que a nossa responsabilidade em auxiliar na tomada de consciência é fundamental para a mudança de comportamentos e atitudes, o que influenciará diretamente no futuro desses apenados.

A instituição tem forte influência da espiritualidade, porém o próprio fundador reconhece que pensar na recuperação baseados apenas nessa perspectiva não é o suficiente, tem-se:

"a necessidade de uma técnica com métodos psicopedagógicos e com isso constatar que não basta simplesmente aplicar a espiritualidade para obter a mudança de mentalidade do recuperando. Talvez pelo desconhecimento dessa técnica e de métodos próprios padecem várias instituições" (Ottoboni, 2016).

Assim, a ressocialização só ocorre efetivamente quando os recuperandos conseguem a partir de sua jornada, reconhecer e ver o mundo de maneira diferente, exercendo sua autonomia ao ser reinserido na sociedade. Desse modo, é necessário proporcionar aos mesmos essa imersão sobre diferentes perspectivas, para capacitá-los no entendimento dos simbolismos encontrados dentro dos parâmetros sociais do cotidiano (Araújo,2018). Apesar do método diminuir a reincidência dos recuperandos aos crimes, existem falhas no méto-

do apaqueano, sendo necessário uma assistência maior no âmbito psicológico dos recuperandos.

Portanto, este projeto visou a reestruturação e reinserção dos recuperandos da APAC, voltando-se aos mesmos como público-alvo, julgando como um projeto com validade social e alcance dos Direitos Humanos, destes homens privados de liberdade, afim de que adquiram conhecimento e progresso em seu processo de cumprimento de pena, e ao fim possam enfrentar os desafios sociais com serenidade, consciência e responsabilidade.

Compreendendo que os indivíduos ali inseridos na instituição (APAC) são seres humanos responsáveis e capazes de se desenvolverem no meio social, ainda que tenham de enfrentar desafios para sua interação total como cidadão, nosso objetivo foi promover uma interação saudável na qual os sujeitos entendam como podem reagir aos preconceitos sem que isso interfira em suas vivências ou venham a ter outras consequências, como o retorno à criminalidade.

Pretendeu-se com este trabalho buscar novamente o valor desses sujeitos quanto seres humanos, para que pudessem se preparar para sua reinserção na sociedade, sabendo das dificuldades relacionadas ao preconceito. Além de compreender suas emoções e sentimentos diante situações e vivências próprias e das respectivas consequências em que suas vidas chegaram.

Para isso, demonstrando e colocando em prática conceitos e postura humana frente ao retorno no meio social, fortalecendo a autonomia desses indivíduos e proporcionando reflexões para que adquiram comportamentos mais assertivos diante das demandas que virão após a liberdade. Como lidar com o sentimento em relação ao meio social no qual estão inseridos e os sentimentos e atitudes que deverão ter diante da sociedade, da família, como também os desafios nesse retorno e reconstrução de vida.

Para esta intervenção, foram realizados 8 (oito) encontros de 15 (quinze) em 15 (quinze) dias de grupos focais, cujos temas estavam voltados para a evolução pessoal, identidade, responsabilidade e comportamentos diante de suas vivências, experiências e perspectivas de futuro. Os temas tratados foram os seguintes:

“Conhecer o ambiente e os integrantes”: esse foi o primeiro encontro onde foi realizada uma dinâmica de quebra-gelo, que auxiliou conhecer os recuperandos, facilitando o acesso à informações e posteriormente o estabelecimento da transferência, tornando o projeto mais colaborativo e produtivo. Este primeiro encontro também pode abrir oportunidade para a integração de

novos temas adjacentes e que poderão ser discutidos em encontros futuros.

Identidade”: trabalhar este tema foi importante, por alguns motivos: um deles foi tratar os estereótipos dos quais são postos pela sociedade – esses recuperandos, sendo possível abordar situações onde algum recuperando que tenha perdido sua identidade após cometer um crime, trabalhar o sentimento de ira que o tenha feito perder a sanidade e tomar decisões precipitadas, e por outro lado sendo algo das vivências da pessoa quando mais jovem e o reflexo destas em sua vida adulta. Sendo assim, o planejamento foi trabalhar a partir da exposição do que é a identidade para além de um documento ou um estereótipo, bem como trata Erikson (1972 apud Ferreira et.al 2003, p.107) *“Construir uma identidade, implica em definir quem a pessoa é, quais são seus valores e quais as direções que deseja seguir pela vida. A identidade é uma concepção de si mesmo, composta de valores, crenças e metas com os quais o indivíduo está solidamente comprometido”*, portanto, segue-se a compreensão de que o homem pode definir quem é e escolher quem quer ser, entretanto, suas vivências e situações desafiadoras implicam diretamente em seu processo de escolhas e identidades. Trabalhando a identidade, pode-se recuperar informações perdidas, nortear pessoas que precisam de ajuda e auxiliar aqueles dos quais querem evoluir, olhando para suas escolhas e caminhos assim como afirma Kierkegaard, *“A vida só pode ser compreendida olhando-se para trás; mas só pode ser vivida olhando-se para frente”* (Kierkegaard)“.

“Os possíveis desafios que se enfrenta após a saída da APAC e formas de reagir”: Trabalhou-se temas como o preconceito, a dificuldade de se empregar e a ressignificação de vida, a partir de questionamentos de como eles podem agir de forma mais assertiva, além de entender e compartilhar com seus colegas suas vivências e assim, contribuir para o olhar do outro sob uma ótica semelhante. Como este encontro visou o comportamento assertivo frente aos conflitos e desafios, foram preparadas fichas de situações adaptadas com possíveis situações em que podem ou não provocar algum tipo de estresse ou desconforto nos mesmos, de maneira que eles pudessem pensar em maneiras corretas de agir. Nas fichas foram abordadas situações de homofobia, regra de trânsito, discussão familiar, briga de casal, injustiça no trabalho e preconceito racial, onde os recuperandos foram divididos em grupos para debaterem e pensarem juntos como podem agir conforme cada situação e em seguida apresentar aos colegas suas conclusões.

“Família e reconstrução de vida”: em muitos casos os integrantes saem da APAC e precisam reconstruir suas vidas e reconquistar suas famílias, tanto

suas famílias paternas e maternas (de origem biológica) quanto a que eles desenvolveram em suas vidas a partir de um laço matrimonial (esposa e filhos). Assim, foi necessário tratar sobre essa temática, por ser algo tão importante e primordial na vida de qualquer cidadão – a família e o apoio, como também as mágoas e ressentimentos. A proposta foi falar em roda de conversa, apresentando formas de tratar e entender que as outras pessoas passam por algo próximo, sendo importante que ambos os lados compreendam por onde começar a mudança e como podem fazer. Tendo como base um estudo de caso de Freire (2016), *“Ressocialização e reconstrução da identidade, um desafio do sistema significado brasileiro”*. Este tema propõe uma grande reflexão grupal, sobre o que os o significado de família, das relações e laços familiares, além de como recuperar reconstruir a vida positivamente.

“Segurança de vida após a saída”: quando se fala em segurança o que vêm à mente? Bom, a maioria pensa em proteção, e não estão errados, ainda mais em se tratando de pessoas que acabam de sair de um sistema de presídios. Ao tratar desse tema – a segurança em dois aspectos: o primeiro, a proteção; carregando consigo histórias, algumas com ressentimentos e dívidas, outros com olhar de preconceito. O segundo aspecto foi falar sobre a estabilidade do indivíduo frente aos seguintes questionamentos “como pode ser essa vida?”, “será que minha vida será a mesma de antes?” e “eu consigo mudar e melhorar?”, são questões básicas e que precisaram ser refletidas.

“Como posso exercer minha autonomia dentro das normas sociais?”: essa pauta foi trabalhada com cartões de visita, onde foram apresentadas situações, corretas ou não, em que os integrantes deveriam opinar, e demonstrar como agir com autonomia e liberdade sem sair das normas e leis sociais. Momento de refletir e compreender o que não se deve fazer no meio social. Para este encontro foram utilizados dois artigos como base de discussão, o artigo de Campos (2006) “Construção de autonomia: o sujeito em questão” e o artigo de Held (1999) “Cidadania e autonomia”.

“Conheço meus sentimentos e emoções? Como me sinto depois da situação em que me coloquei?”: os temas em tom de questionamento são gatilhos para mais reflexão. Neste encontro, aproximando ao final, teve o intuito de ouvir o que sentem e além do que poderemos enxergar uma releitura de vida de cada um deles em grupo, realizando depoimentos abertos sobre o que eles sentem em estarem ali, como se sentiam antes de entrarem ali, responsabilidade sob as consequências e o que sentir fora do ambiente fechado. Este tema lembrou-os de que são responsáveis por suas falhas e que precisam

passar por aquele processo, mas que seus sentimentos ainda possuem valor e que é importante entender o que fizeram e buscar recomeços. Este encontro buscou trabalhar com a arte e literatura, para que pudessem expressar o que estão vivendo.

Encerramento e feedback: Como saíram de cada encontro? O que pensam em mudar? Acreditam que é possível reconstruir a vida? O último encontro foi uma releitura aos encontros anteriores, além de analisar se o projeto fez alguma mudança no comportamento e pensamento deles, além de proporcionar com que se compreendessem a importância da consciência e preparo para os desafios que podem passar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto trouxe a possibilidade de evidenciar o auxílio para a recuperação do sujeito inserido na instituição, trabalhando temas como a reconstrução de identidades, sentimentos e emoções, reflexões sobre crença e valores, perspectivas do futuro; colaborando assim na construção de novos caminhos para a recuperação do indivíduo e cooperando para a reinserção social.

Visto que o método APAC tem se mostrado eficaz na diminuição dos índices de reincidência aos crimes, e ser um importante instrumento para que esses indivíduos que os cometeram possam se desenvolver e serem reinseridos e ressocializados na sociedade (De Almeida, 2013). Existe, portanto, a necessidade do trabalho e apoio à instituição, e ter a possibilidade de realizar esse projeto de intervenção foi de colaborar de forma direta, tanto para a melhora da qualidade de entendimento dos aspectos psicológicos desses sujeitos e melhorar o desenvolvimento e a tomada de consciência, quanto para a sociedade de forma indireta, pois a intervenção possibilitou efeitos na recuperação e diminuição dos níveis de violência em nosso cenário atual.

Como Marques (2020) explica, é comprovada a eficácia do método e menor preço no custo dessa assistência prestada aos condenados. Portanto investir na recuperação possibilita que o apenado, ao sair, tenha condições de vida mais dignas e de fato seja ressocializado, e outro ponto importante é que o custo benefício, se comparado ao sistema prisional comum é menor. Baseadas nessas perspectivas, a intervenção se mostra pertinente para os recuperandos, para a equipe da APAC no geral e para a sociedade principalmente.

No projeto de extensão: "Psicologia: Processos de Inserção Social e Contexto da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC" onde

foram realizados 8 encontros com o intuito de trabalhar questões do aspecto psicológico dos participantes envolvendo também a perspectiva social das relações que os mesmos estabelecem. No final de cada um desses encontros, se encontrou tanto as demandas, quanto também os resultados e feedbacks de cada participante sobre a intervenção. Portanto, os indicadores da efetividade da intervenção surgiam a cada encontro que se realizava. Contando com a colaboração dos recuperandos do regimento fechando 01 da APAC de Manhumirim, que integram os debates e interagem contribuindo para o desenvolvimento deste projeto de extensão e também do psicólogo institucional afim de complementar ainda mais o projeto.

O presente trabalho se restringiu a alguns aspectos específicos, de ordem institucional (ex: dias e horários tiveram de ser constantemente alterados pela dificuldade de organização para que o profissional psicólogo da instituição pudesse nos acompanhar) e outros de ordem pessoal das estagiárias (dificuldade para se deslocar o que provocou atrasos em alguns dos encontros), mas que não prejudicaram o desenvolvimento dos encontros e intervenção, pois foi possível a adaptação nesses casos.

Com o projeto foi possível ter acesso a realidade dos recuperandos da APAC e compreender o funcionamento da instituição, isto permitiu que o trabalho fosse feito de maneira segura, respeitando tanto os recuperandos quanto dando limites para a relação que foi criada e estabelecida entre os participantes com as estagiárias.

O projeto foi viável, pois mesmo baseado nos custos, limitações e dificuldades, é notável o impacto causado na vida de cada recuperando. Nos relatos é notável mesmo que pequenos resquícios de uma compreensão maior do sujeito sobre si, suas dificuldades e também a mudança de perspectiva mais esperançosa sobre si e a sociedade. O projeto contou com a colaboração dos recuperandos da APAC, da qual interagem e debatem acerca dos temas propostos, além de participarem das dinâmicas e ideias a serem desenvolvidas.

As rodas de conversa foram importantes para tanto para criação do vínculo quanto para todo o direcionamento do projeto, com ela se estabeleceu novas formas assertivas de comunicação, exercitando a empatia, o entendimento de mundo e experiências num todo. No início do Projeto, os recuperandos traziam relatos de muita ansiedade durante o cumprimento da pena, e no decorrer do projeto focou-se na compreensão dessas ansiedades e formas de reagir e pensar sobre esse sofrimento em comum entre os mesmos. No último encontro, os recuperandos trouxeram experiências de melhora significativa na com-

preensão dos sentimentos e utilização de técnicas que melhoram seu dia a dia e que foram aprendidas com a intervenção.

Com o comprometimento dos recuperandos e apoio da Instituição, entende-se que é efetivo o trabalho de reinserção social e ressocialização do sujeito, visto que os temas trabalhados sugerem um fortalecimento dos temas e do sujeito em questão, reencontro com sua dignidade e reestabelecimento da consciência que é tão importante para o bom convívio social e assim, a diminuição da reincidência ao crime. Contribuindo para uma sociedade mais justa, menos violenta e de melhores condições para a volta do recuperando em liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, C. M. **Entre a grade e a liberdade**: desafios e possibilidades da educação para a ressocialização no Presídio Sargento Jorge em Coromandel/MG no período 2018-2019. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/29288/1/EntreGradeLiberdade.pdf>>

CAMPOS, Rosana TO; CAMPOS, GW de S. **Co-construção de autonomia**: o sujeito em questão. Tratado de saúde coletiva, v. 1, p. 669-688, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 10/05, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A prática profissional dos (as) psicólogos (as) no Sistema Prisional**. Brasília: CFP, 2009.

DE ALMEIDA, Frankarles Genes et al. A IMPORTÂNCIA DO MÉTODO DE ASSOCIAÇÃO E PROTEÇÃO AOS CONDENADOS (APAC) PARA O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO. **Revista Direito & Dialogicidade**, v. 3, n. 1, 2013.

DE MEDEIROS, Ana Carolina Azevedo; SILVA, Maria Clarisse Souza. A atuação do psicólogo no sistema prisional: Analisando e propondo novas diretrizes. **Revista Transgressões**, v. 2, n. 1, p. 100-111, 2014.

DE OLIVEIRA GAMBA, Cristian; VELOSO, Roberto Carvalho. O MÉTODO APAC COMO MODELO DE HUMANIZAÇÃO DO PROCESSO IDENTITÁRIO DO ENCARCERADO. **Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas**, v. 20, n. 38, p. 53-76, 2020.

FERREIRA, Tereza Helena Schoen; FARIAS, Maria Aznar; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. (2003). **A construção da identidade em adolescentes**: um estudo exploratório. Estudos De Psicologia (natal), 8(1), 107-115. <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000100012>>

FREIRE, Phablo; DA SILVA SIMÕES, Rerika Yanne. **Ressocialização e reconstrução da identidade, o desafio do sistema carcerário brasileiro**: um estudo de caso. Revista Científica Interdisciplinar. ISSN, v. 2358, p. 8411, 2016.

HELD, David et al. **Cidadania e autonomia**. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 22, 1999.

KARAM, Maria Lucia. Psicologia e sistema prisional. **Revista Epos**, v. 2, n. 2, p. 0-0, 2011.

LOPES, Pâmela de Souza Olicheski; CLEMENTEL, Fabiano Kingeski. **O método APAC**: um estudo sobre a eficácia da alternativa à crise do sistema carcerário brasileiro. Porto Alegre: PUC/RS, 2020.

MARQUES, Thainá Souza Toledo; STUDART, Lúcia. APAC. **Episteme Transversalis**, v. 11, n. 1, 2020.

MUHLE, Elizana Prodorutti et al. Uma experiência positiva no sistema prisional: o método APAC. **Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul**, n. Edição Especial, p. 151-165, 2013.

OTTOBONI, Mário; FERREIRA, Valdeci Antônio. **Método APAC**: sistematização de processos. Colaboração de Maria Solange Rosalem Senese et al. Belo Horizonte: TJMG, 2016.

PIMENTA, Brenda Estefane; FONSECA, Gema Galgani. **O método Apac**: o resgate da humanização do processo de cumprimento de pena de condenados. Psicologia e Saúde em debate, v. 3, n. Supl. 1, p. 32-33, 2017.

PINTO, Liliana. O Sentimento de Culpa e as suas Implicações no Processo Psicoterapêutico. **Interações: Sociedade e as novas modernidades**, n. 9, 2005.

SIQUEIRA, Gilmar; POZZOLI, Lafayette; CACHICHI, Rogério Cangussu Dantas. Injustiça, ressentimento e liberdade: a experiência do método APAC na ressocialização de apenados. **Revista Jurídica Luso Brasileira, Lisboa, ano**, v. 6, p. 1305-1333, 2020. Disponível em: <https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/4/2020_04_1305_1333.pdf>

VARGAS, Laura J. Ordóñez. Todo homem é maior que seu erro? Bases para uma reflexão sobre o método alternativo de gestão carcerária. **SER Social**, v. 11, n. 24, p. 129-163, 2009.

VELOSO, Cynara Silde Mesquita; SILVA, Luany Magalhães; NOBRE, Samanta Cardoso. **Humanização e ressocialização através do método APAC**. 2016.

5

ESTUDO DE CASO SOBRE A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO E ESTRUTURA OFERECIDA EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E DROGAS DE MANHUAÇU-MG

- ▶ Lara Stheffany Gomes Da Silva
- ▶ Raydan Paulo Vieira
- ▶ Tamires Portes Dias
- ▶ Augusto Cesar Soares Da Cunha
- ▶ Étore Gomes Mazini
- ▶ Laura Reichert Dalcin

INTRODUÇÃO

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) é uma unidade de saúde mental que possui como objetivo central substituir hospitais psiquiátricos. Além disso, tem-se como objetivo constituir uma rede de serviços com ações voltadas à saúde mental, realizando prioritariamente atendimentos de pessoas com transtorno mental grave e persistente, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

Dentre os serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), pode-se destacar os Centros de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPS ad). Seu principal objetivo é proporcionar aos usuários sua reabilitação psicossocial, através de um projeto terapêutico singular (PTS) com o objetivo de desenvolver a autonomia dos usuários durante o tratamento. Segundo Miller e Rollnick (2001), os usuários de substâncias psicoativas são marcados por sentimentos de inferioridade ao solicitar um pedido de ajuda, fazendo com que eles se sintam fragilizados e sensíveis à forma como são acolhidos no serviço.

O uso de substâncias psicoativas sempre esteve presente na história da humanidade, sob diferentes formas, em todas as culturas, o uso de drogas para alterar os sentidos sempre foi uma das necessidades humanas. São di-

versas as formas de uso de drogas, da experimentação ao uso abusivo e nocivo à saúde, é um processo singular e tem a ver com a história do indivíduo e seu contexto sociocultural.

Segundo a Portaria nº 336 – de fevereiro de 2002, já atualizada, os CAPS são unidades de saúde de caráter aberto e comunitário que buscam oferecer os cuidados necessários entre o regime ambulatorial e a internação hospitalar, funciona em dois turnos, durante os cinco dias úteis da semana. Além de se constituir em serviço ambulatorial de atenção diária, os CAPS têm o papel estratégico de regulação da rede de serviços de saúde mental do território. São serviços constituídos por equipe multiprofissional e atuam na lógica interdisciplinar, é composto por psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais, psiquiatras, entre outros profissionais da saúde.

Todos os indivíduos possuem seus direitos e deveres na sociedade. Apesar de serem vistos, muitas vezes, com indiferença e preconceito, os usuários do CAPS AD também possuem seu lugar de contribuição e participação social. Portanto, projetos como este visam uma vida mais ativa (exercendo a cidadania), com menores prejuízos a ambos, partindo do princípio do acolhimento e realização de seus direitos. Para que o tratamento realizado nos CAPS seja efetivo, é necessário que haja um trabalho colaborativo entre equipe multiprofissional e usuários, pautado no acolhimento, de toda a equipe incluindo os psicólogos, bem como uma estrutura que possibilite um atendimento adequado, sendo seguidas todas as normas que constituem o CAPS enquanto espaço terapêutico.

Sendo assim, o projeto de extensão busca analisar como tem sido o funcionamento institucional do CAPS, como o serviço prestado tem contribuído para a saúde mental dos pacientes, quais têm sido seus pontos positivos e negativos. Além de possíveis intervenções para a melhoria do tratamento dos pacientes, bem como a prática dos profissionais, sobretudo dos psicólogos.

DESENVOLVIMENTO

Como já citado, o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas é um equipamento estratégico e utiliza a lógica territorial para oferecer cuidados a indivíduos que fazem uso frequente e abusivo de álcool e outras drogas. De acordo com a Portaria nº 3.088 (2011)

A atenção integral a usuários de álcool e outras drogas contempla que a assistência a pessoas com problemas relacionados ao uso de substâncias deve ser oferecida em todos os níveis de atenção, privilegiando os cuidados em dispositivos extra-hospitalares, como o Centro de Atenção Psicossocial para álcool e drogas (CAPS ad). O CAPS ad é um serviço da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) específico para o cuidado, atenção integral e continuada às pessoas com necessidades em decorrência do uso dessas substâncias.

Para o desenvolvimento do referido projeto, tem-se como objetivo compreender a fundo quais são as principais dificuldades em relação ao tratamento para o usuário do serviço e como ocorrem as relações entre paciente e equipe técnica. Além disso, busca-se investigar a efetividade das técnicas utilizadas e a estrutura (de forma geral) do sistema.

É imprescindível compreender todo o processo de funcionamento do CAPS ad para ir em direção a meios que não levem a exclusão, isolamento e criminalização do usuário. Dessa forma, é necessário ter convicção de que os pacientes não estão sendo expostos a nenhuma forma de reprodução de estigmas ou preconceitos, pois segundo (VAISSMAN; RAMÔA; & SERRA; 2008)

Ao associar uso de substâncias a questões de justiça da segurança pública, criminalizando o usuário, ampliou-se a lacuna existente entre a saúde pública e esses sujeitos, de forma que as alternativas de cuidado passaram a reproduzir a lógica da repressão, trazendo inicialmente propostas baseadas em internações prolongadas de caráter fechado e excludente, tendo como foco a "cura" por meio da abstinência total do uso.

Dessa forma, também irá haver uma pesquisa de como já é realizado o acompanhamento ao paciente fora do CAPS ad após seu primeiro contato com o serviço, tendo em vista os direitos básicos de saúde. Isso é de extrema importância, pois muitas vezes esses indivíduos não estão em condições saudáveis fora da instituição, o que influencia ainda mais sua tomada de decisões. Diante disso, busca-se compreender e proporcionar melhores formas de trabalho dentro do CAPS ad. Tendo em vista o foco do projeto, procura-se formas de inovar os atendimentos dentro da unidade de saúde, por exemplo, trabalhar utilizando a música.

A atenção à saúde dos usuários de substâncias psicoativas é norteadada pelo decreto n.º 11.343, de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), e pela Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral aos usuários de álcool e outras drogas, refere-se ser de extrema necessidade as medidas de prevenção, atenção e reinserção social (apud DA

COSTA ARAUJO, A. C., & PIRES, R. R., 2017, p.10).

O Centro de Atenção Psicossocial a usuários de álcool e drogas (CAPS ad) é um serviço comunitário, que tem como finalidade propor tratamento para indivíduos que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas (apud PEIXOTO, C., PRADO, C. H. D. O., RODRIGUES, C. P., CHEDA, J. N. D., MOTA, L. B. T. D., & VERAS, A. B., 2010, p.317-321). Com objetivo de constituir uma rede de serviços com ações voltadas à saúde mental, entretanto, ocorreram inúmeras transformações sociais, tais como, influência do modo de produção capitalista referente às substâncias psicoativas.

O uso abusivo de substâncias gera grandes impactos no aspecto psicológico (com alterações no humor e comportamento do indivíduo) e a dependência leva a um ciclo vicioso de uso e abstinência. A longo prazo, o uso de drogas pode levar a danos irreversíveis no cérebro e em outros órgãos, afetando a qualidade de vida do usuário. Portanto, é importante ressaltar que o uso pode trazer consequências danosas para a vida de um indivíduo, tanto no aspecto físico quanto mental e social. Portanto, projetos como este visam uma vida mais ativa na sociedade, com menores prejuízos a ambos, partindo do princípio do acolhimento e realização de seus direitos. (MOREIRA, 2019)

Tem-se como foco central a reflexão sobre uma possível construção de uma instituição de saúde mental que priorize o usuário e atenda suas necessidades de saúde proporcionando melhores condições de existência e cidadania, para isso, faz-se necessário um ambiente adequado para sua intervenção, para que seja possível a reabilitação psicossocial do usuário, recuperando sua autonomia e os seus direitos.

É notável que existam algumas dificuldades relacionadas ao cotidiano de trabalho em uma equipe multiprofissional, devido a carências de investimentos, ausência de espaço adequado ao trabalho, falta de comunicação entre os profissionais em suas diferentes áreas de atuação, entre outras dificuldades existentes.

Em relação ao uso abusivo de álcool e outras drogas, pode estar relacionado a questões individuais, como busca por prazer, alívio de estresse, autoafirmação ou curiosidade. No entanto, o consumo excessivo e descontrolado de drogas pode levar a danos físicos, psicológicos e sociais, afetando não apenas o indivíduo usuário da substância, mas, também, seu entorno familiar e social. A abordagem do tema das drogas requer, portanto, uma análise complexa que considere as diversas perspectivas envolvidas (LACERDA, C. D. B., & FUENTES-ROJAS, M. (2016).

É fundamental que a discussão inclua não apenas os aspectos relacionados ao uso e abuso das drogas, mas também as políticas públicas de prevenção e tratamento, bem como a conscientização da população sobre os riscos e consequências do uso incorreto dessas substâncias. Nesse sentido, é importante destacar sobre a educação e a valorização da vida, como formas de prevenção ao consumo de drogas.

A promoção de atividades saudáveis e o estímulo ao desenvolvimento de habilidades e talentos podem ajudar a diminuir o risco de jovens se envolverem com drogas. Além disso, é preciso investir em programas de tratamento e reabilitação psicossocial às pessoas que já estão envolvidas com o uso abusivo de drogas, oferecendo suporte emocional, acompanhamento médico e psicológico, tal como é oferecido pelos Centro de Atenção Psicossocial. Assim, a compreensão das drogas como um fenômeno complexo e a adoção de medidas preventivas e de tratamento, podem contribuir significativamente para a diminuição dos danos causados pelo seu uso indevido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se que o projeto é de grande potencial para uma possível melhoria no atendimento e funcionamento institucional dos CAPS ad. Tendo em vista que grandes observações foram realizadas em relação a estrutura e possíveis melhorias na organização e funcionamento da instituição.

Porém, o retorno da instituição parceira em relação a aplicação prática do projeto de extensão tem apresentado dificuldades, pois os profissionais responsáveis pelo CAPS ad não têm manifestado grandes interesses em relação à temática.

Consideramos ser necessário que o projeto seja aplicado, de forma prática, com a colaboração de todos, especialmente os profissionais envolvidos com o trabalho no CAPS. Trabalhando também com adequação a ética profissional e uma maior qualidade para o atendimento dos usuários do CAPS ad de Manhauçu, os resultados estão propensos a serem visíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADMIN. CAPS em Manhuaçu - MG: Como Funciona, Endereço e Telefone. Disponível em: <<https://caps-contato.site/caps-em-manhuacu-mg/>>. Acesso em: 6 abr. 2023.

BRASIL. PORTARIA/GM Nº 336, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002. Portaria que define e estabelece diretrizes para o funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial. **Diário Oficial da União**, 2001.

BRASIL. Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, 2011.

Lacerda, C. D. B., & Fuentes-Rojas, M. (2016). **Significados e sentidos atribuídos ao Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD) por seus usuários: um estudo de caso. Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, 21, 363-372.

MILLER, W. R.; ROLLNICK, S. Entrevista motivacional: preparando as pessoas para a mudança de comportamentos adictivos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001

Moreira, A. P. **O sujeito usuário de drogas, para além das drogas**. 2019.

THIOLLENT, Michel. **Construção do conhecimento e metodologia da extensão**. Revista Cronos, v. 3, n. 2, 2002.

VAISSMAN, M., RAMÔA, M., & SERRA, A. S. V. Panorama do tratamento dos usuários de drogas no Rio de Janeiro. **Saúde em Debate**, v. 32, ns. 78/80, p. 121-132, 2008.

6

ACOLHENDO QUEM CUIDA NO CONTEXTO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

- ▶ Júlia Antunes Gouvêa,
- ▶ Karine Nunes Passos Goularte
- ▶ Augusto Cesar Soares Da Cunha
- ▶ Laura Reichert Dalcin

RESUMO:

Este trabalho buscou, por meio da prática de grupo terapêutico, acolher e compreender a realidade de pais e responsáveis de crianças com TEA, no município de Ibatiba, no Espírito Santo. O estudo, realizado de forma qualitativa, baseou-se na utilização de literatura e realização da prática para investigar os níveis de acesso à educação, saúde e lazer. Os resultados do projeto indicam que a prática de escuta, acolhimento e acesso às informações validadas pode promover maior segurança e bem-estar social para a comunidade.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta três áreas primordiais no desenvolvimento infantil: comunicação, interação social e repertório de atividades e comportamento restritivo-repetitivo. Por maior facilidade de acesso à tecnologia e informação no Brasil, percebe-se que o número de diagnósticos cresce de forma gradativa. Segundo estatísticas do ano 2014 realizada pelo *Center for Disease Control and Prevention*, uma em cada 68 crianças pode ser diagnosticada com TEA (Maenner

et.al. 2018). Outros estudos mais recentes apontam que uma em cada 44 crianças pode ser diagnosticada com TEA, sendo mais frequente em meninos.

Esses estudos também apontam que o grupo que sofre maior impacto é a família. Mariano e Romanha (2019, p.2) relatam que o casal, ao receber a notícia de gravidez, passa a alimentar grandes expectativas e a fazer planos para o futuro do novo membro. As mães são as mais impactadas no seio da família ao receber o diagnóstico, podendo surgir dúvidas sobre o futuro da criança, com relação a aspectos profissionais, pessoais e sociais, bem como sobre os direitos da criança e seu acesso à saúde e educação.

No âmbito da saúde pública e educação, com o crescente número de diagnósticos de TEA no mundo e no Brasil, é necessário que o conhecimento sobre o tema se dissemine de forma urgente, segundo Farias *et.al* (2020, p.39).

“Os profissionais, membros de equipes multiprofissionais, devem ser responsáveis por esse acompanhamento e devem estar preparados para avaliar o desenvolvimento infantil, a fim de detectar precocemente qualquer anormalidade e tomar as medidas resolutivas para a melhoria da qualidade de vida da criança com TEA e de sua família.”

Apesar da necessidade de um trabalho em rede, tanto interdisciplinar quanto multidisciplinar, o conhecimento sobre o TEA na rede pública de saúde ainda se encontra centrado no modelo biomédico. Não obstante, enfermeiros, médicos, agentes de saúde, coordenadores e gestores necessitam ter conhecimento mais amplo sobre o tema, para promover saúde e informação de qualidade.

Isto posto, o presente estudo foi realizado majoritariamente com mães de crianças com TEA, sendo esse o público que se mostra ativo na localidade e que exerce maior cuidado com as crianças.

DESENVOLVIMENTO

Com a reforma psiquiátrica na década de 1980, as pessoas consideradas doentes mentais passaram a receber um novo olhar, de modo que o número de crianças diagnosticadas com o TEA se tornou alarmante. Essa nova realidade fez com que pais e responsáveis ficassem mais alertas sobre a possibilidade de seus filhos terem TEA. Por ser uma novidade, a família pode ter dúvidas quanto ao diagnóstico, às limitações que podem surgir, e ao que pode ser feito para proporcionar uma melhor qualidade de vida para a criança, como educação, acesso a saúde e tratamentos específicos para o TEA.

O TEA é definido como uma síndrome comportamental que compromete o desenvolvimento motor e psiconeurológico, dificultando a cognição, a linguagem e a interação social da criança (Pinto, *et.al.*, 2016). Com o avanço da ciência nos últimos anos, é notável o aumento nos casos, de modo que a chance de uma criança ser diagnosticada com o transtorno aumentou em 50% no mundo inteiro. A prevalência de pessoas com TEA vem aumentando progressivamente ao longo dos anos. Em 2004, a estatística divulgada pelo CDC era de uma em cada 166 pessoas. Em 2012, essa razão estava em uma para cada 88 pessoas. Já em 2018, passou para uma em 59. Na última publicação do CDC, de 2020, a prevalência estava em uma em 54, conforme BERTAGLIA (2021). A partir desses dados, pode-se inferir que o diagnóstico de TEA é cada vez mais comum, havendo uma adaptação pela estrutura familiar, impactando assim o meio social.

Diante do exposto, o ganho social deste estudo se mostra ainda mais relevante, pois acolhimento é peça fundamental para garantir a efetivação do cuidado, assim como para orientar sobre como lidar com a pessoa autista e quais os seus direitos na sociedade, facilitando a busca por suporte e acessibilidade. No que tange à contribuição acadêmica, ressalta-se que o tema é contemporâneo, sendo importante o conhecimento das políticas públicas específicas destinadas a esse público, tanto profissionais quanto a sociedade em geral, revelando uma práxis politizada, crítica e adequada para a realidade social na qual se inserem esses sujeitos.

Por fim, defende-se que a Psicologia deva se reinventar em seus saberes e práticas, articulando referenciais teóricos e metodológicos com ação política, na tentativa de minimizar as desigualdades sociais e a exclusão.

Como objetivos definiu-se os a seguir: Conhecer a realidade de pais e cuidadores de criança com o transtorno do espectro autista; Orientar as demandas sobre os direitos da pessoa com o transtorno do espectro autista; Compreender as reais demandas dos pais e responsáveis, de modo a articular, junto aos órgãos responsáveis, possíveis estratégias para um melhor atendimento a este público; Escutar e acolher pais e cuidadores de crianças com o transtorno do espectro autista.

Para compreender a realidade psicológica enfrentada pelas mães participantes, é importante considerar o processo de idealização do filho que comumente ocorre antes do diagnóstico. Mariano e Romanha (2019) trazem essa expectativa da família, de ter uma criança que vai engatinhar, vai falar as primeiras palavras, dar os primeiros passos e posteriormente ir para escola e se

desenvolver como indivíduo no meio social. Porém, a partir do momento em que esta criança não cumpre tais expectativas, as autoras afirmam que pode haver uma cisão nesse ideal, e é a partir desta ruptura que o estudo se desenvolve.

Por fim, é importante ressaltar que o TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento que pode ser identificado ainda na primeira infância. Deve-se observar se a criança não responde aos marcos do desenvolvimento: os aspectos tanto globais, sociais e interacionais esperados para a idade biológica que ela apresenta. Em relação à abordagem psicométrica para crianças, Papalia e Feldman (2013), falam da importância do trabalho sistemático de intervenção precoce com crianças na fase da primeira infância, pois pode fornecer recursos educacionais e terapêuticos para famílias que vão ajudar a criança a desenvolver maior repertório cognitivo em idade pré-escolar. No entanto, o que acontece muitas das vezes, segundo Lima *et.al.* (2017) é que há relatos de uma peregrinação familiar em busca de maior conhecimento do diagnóstico, pois o acesso à informação por grupos com algum nível de vulnerabilidade social se mostra limitado, em especial informação de trabalho científico. Soma-se a isso a dificuldade no acesso a recursos terapêuticos e de saúde em determinadas regiões do Brasil.

Para Scott *et.al.* (2018, p. 602) o termo vulnerabilidade já assumiu várias conotações, entre estas, designando grupos ou indivíduos fragilizados, juridicamente ou politicamente, que necessitam de auxílio e proteção para a garantia de seus direitos como cidadãos. O que se percebe na fala dos autores é que a vulnerabilidade se manifesta em dúvidas, incertezas e medos nos familiares.

A metodologia adotada para a elaboração do estudo é a abordagem qualitativa. De acordo com GODOY (1995, p. 21), segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. A metodologia de pesquisa qualitativa compreende basicamente três métodos: documental, estudo de caso e etnografia. A etnografia foi o método adotado neste trabalho. A pesquisa etnográfica abrange a descrição dos eventos que ocorrem na vida de um grupo (com especial atenção para as estruturas sociais e o comportamento dos indivíduos enquanto membros do grupo) e a interpretação do significado desses eventos para a cultura do grupo (GODOY, 1995).

Dito isto, os processos foram grupais, por meio de rodas de conversa, rodas de escuta, participações coletivas para reflexões e discussões. O local foi as dependências físicas do Centro de Referência Especializado de Assistência

Social (CREAS), de Ibatiba, no estado do Espírito Santo. Foram realizados seis encontros, uma vez por semana, cada um com duração de cerca de duas horas. Foram convidados ao todo 20 pais e responsáveis. O contato e a confirmação da presença a cada encontro foram realizados pelo aplicativo *WhatsApp*. O formato dos encontros em roda de conversa proporcionou um espaço para trazer e tirar dúvidas, questionamentos e angústias. A escolha dos temas abordados ocorreu a partir do que os pais e responsáveis trouxeram durante os encontros. Houve uma dinâmica colaborativa entre os condutores, que buscavam trazer aspectos de organização, conceituais e técnicos, e o restante do grupo, com relatos próprios de suas vivências.

RELATÓRIOS DESCRITIVO DOS ENCONTROS:

O estudo compreendeu os temas propostos pelas mães e pelos pesquisadores, durante os seis encontros. Os assuntos foram levados em forma de dúvidas e questionamentos. Ao longo dos encontros, foi compartilhado com os pesquisadores que o acesso à informação pelas mães era feito de forma autônoma, por meio de *blogs*, conteúdos no *Instagram* e cursos encontrados no *Google*. Percebeu-se, no decorrer das intervenções, que a angústia apresentada pelas participantes advinha principalmente da falta de acesso dos filhos no ambiente escolar, a falta de um professor de apoio, e da exclusão social que seus filhos sofriam. Scott *et.al.* (2018) relata que a exclusão social pode ser entendida como parte da engrenagem das relações sociais contemporâneas, em que ocorrerá uma desqualificação social, a desumanização do outro e desagregação indenitária, que pode ser expressa por precarização do trabalho. Com base na compreensão de Scott, é notório que a falta de suporte dos agentes públicos do município afeta de forma significativa a qualidade da saúde mental.

Nesse sentido, Mariano e Romanha afirmam que existe, porém, em todas as mães, um sentimento que se opõe à vontade de desistir, à própria frustração e ao ódio pela expectativa perdida: o amor materno. (2019, p. 5). De fato, essa é uma realidade que por diversas vezes foi identificada nos relatos das mães: “meu filho não pode me ver fragilizada, eu preciso ser forte para ele”; “eu sou tudo que meu filho tem, eu não posso desistir..”; dentre outras falas relatadas ao decorrer das intervenções.

Outro ponto que foi de grande enfoque no trabalho é a ausência paterna tanto na criação do filho quanto no auxílio de entendimento sobre o diagnóstico do filho. Estudos apontam que a falta da presença paterna pode acarretar diversos prejuízos ao desenvolvimento infantil. Dentre as repercussões, destacam-se: conflitos psicológicos e cognitivos, baixo rendimento escolar, distúrbios de comportamento, agressividade, dificuldade em respeitar regras, insegurança, sentimento de inferioridade e rejeição (Oliveira *et.al*, 2022, p. 2). Relatos das mães comumente evidenciaram a ausência de apoio paterno: “ele não aceita o diagnóstico”; “ele acha que estou exagerando”; “não há necessidade para tanto”. Em um relato específico, a mãe relata que o pai levou a filha a um outro médico, que não era especialista no assunto, para fazer uma nova avaliação a fim de retirar o diagnóstico de TEA. Esses e outros relatos semelhantes foram compartilhados.

Ademais, foram abordados temas sobre o capacitismo, as leis e os direitos da pessoa com TEA, o sofrimento e a dificuldade diariamente enfrentados pela pessoa com TEA e família com a escassez de profissionais como fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicólogo, professor de apoio educacional, dentre outros, o que compromete o avanço do tratamento. Papalia e Feldman (2013) falam da importância da intervenção precoce como fator fundamental para a melhora do quadro clínico do autismo, gerando benefícios significativos e duradouros para o desenvolvimento da criança. Desse modo, a falta de suporte maior no tratamento de seus filhos oportuniza cada vez mais um olhar de cuidado e acolhimento a essas mães.

Por fim, o trabalho foi de grande valia tanto para os pesquisadores como para as mães, pois elas relataram que não tinham tanto conhecimento sobre o papel das instituições disponíveis no município e sobre determinados direitos que a pessoa com TEA tem no Brasil. Para os pesquisadores, foi enriquecedor compreender mais de perto as vivências de uma pessoa com TEA e a mobilização familiar que é estabelecida a partir do diagnóstico.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O estudo foi desenvolvido em um contexto em que o tema proposto é recorrentemente discutido entre autoridades públicas, porém com planos de ação ainda pouco direcionados. Portanto, a intenção foi de promover momentos de escuta ativa e acolhimento para esse público.

Inicialmente, foram feitos 20 cadastros, mas o número de participantes efetivas foi de cerca de quatro ao longo de todo o projeto. Verificou-se então que o horário disponibilizado foi incompatível com o das atividades que requeriam mais atenção das responsáveis naquele momento. O projeto foi desenvolvido no CREAS com a participação das mães. A condução dos encontros foi desenvolvida por três acadêmicos de psicologia do UNIFACIG. A coordenadora do setor, que é graduada em psicologia, se mostrou presente em todos os encontros, com uma função de suporte.

No decorrer do estudo, percebeu-se que ainda há falas que estigmatizam e rotulam o sujeito com TEA, gerando sofrimento tanto na pessoa com TEA quanto no seu responsável. Nas trocas, evidenciou-se como o serviço público da região ainda se mostra despreparado para acolher demandas como essa, dando enfoque, assim, para o meio educacional.

Sendo assim, os benefícios da prática grupal para a identificação do sujeito no ambiente em que ele está inserido é de extrema importância. Por meio dos relatos, o grupo pôde identificar suas angústias em relação ao futuro dos filhos e à individualidade de cada uma. Ressalva-se que as integrantes do grupo já se conheciam anteriormente em sua grande maioria, embora, a partir do espaço de trocas, o foco de interação passou a ser elas e não apenas os filhos.

Assim, o estudo se mostrou bastante relevante, não só para os condutores, futuros profissionais da Psicologia, mas também para o público acolhido, e para os técnicos que atuam na rede educacional, assistência social e saúde, a fim de promover conscientização do TEA e como ele se configura no dia a dia do sujeito e do responsável por ele.

Como parceiros, pode-se citar a Secretaria de Assistência Social, em especial a Nilce Florindo, secretária, que abriu as portas para a realização do projeto no CREAS, sob supervisão da Psicóloga Quécia Cristina de Abreu. A Eliana Antunes, representando a Secretaria Municipal de Educação, participou de um dos encontros. Com orientação do Docente Prof. Augusto César Soares da Cunha, o projeto e os encontros foram realizados e conduzidos pelos respectivos acadêmicos: Júlia Antunes Gouvêa, Kalebe Júlio de Azeredo Rodrigues, e Karine Nunes Passos Goularte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que o estudo proposto alcançou os objetivos previamente definidos, por meio da escuta e acolhimento, que permitiu conhecer melhor os

desafios enfrentados diariamente pelo grupo de mães, o que viabilizou orientação e novos diálogos.

O estudo também evidenciou algumas dificuldades: falta de acesso a informações validadas cientificamente, menor efetividade dos pais e responsáveis convidados, limitações no diálogo entre a rede intersetorial e a gestão.

Por fim, o projeto desenvolvido mostrou-se eficaz e assertivo, compreendendo que a prática de trabalho com a pessoa com TEA passa por diversos campos e áreas de conhecimento. Através disto, ainda se mostra latente o desenvolvimento de estudos e outras práticas desenvolvidas pela rede, para promover novos diálogos e estratégias efetivas, a fim de suprir as necessidades do público estudado e abarcar a novas realidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BERTAGLIA, Bárbara. **Centro de Controle de Doenças e Prevenção dos EUA** atualizou dados sobre prevalência do TEA em dezembro de 2021. São Paulo, 04/02/2022.

BERTIN et al. **Manual dos Direitos de Pessoa com Autista**. São Paulo. 2021. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/escoladoparlamento/wp-content/uploads/sites/5/2021/11/Manual-dos-Direitos-da-Pessoa-com-Autismo.pdf>.

FARIAS, TMC de et al. Conhecimento, práticas e atitudes sobre o transtorno do espectro do autismo (TEA) na educação e na saúde: uma revisão. Estudos interdisciplinares em saúde e educação nos distúrbios do desenvolvimento. São Paulo: Memnon, p. 37-50, 2020.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, p. 20-29, 1995.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

Lewin, K. (1965). Fronteiras na Dinâmica de Grupo. In K. Lewin (Org.). **Teoria de campo em Ciência Social**. São Paulo: Livraria Pioneira.

LIMA, Rossano Cabral et al. Atenção psicossocial a crianças e adolescentes com autismo nos CAPSi da região metropolitana do Rio de Janeiro. *Saúde e Sociedade*, v. 26, p. 196-207, 2017.

Lopez-Pison J, Garcia-Jimenez MC, Monge-Galindo L, Lafuente-Hidalgo M, Perez-Delgado R, Garcia-Oguiza A, et al. **Our experience with the a etiological diagnosis of global developmental delay and intellectual disability: 2006-2010**. *Neurologia*. 2014;29(7):402-7. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24332781/>>. Acesso em: 12 de jun. de 2023.

MAENNER, M. J. et al. Prevalência e Características do Transtorno do Espectro Autista Entre crianças de 8 anos— Rede de Monitoramento de Autismo e Deficiências, 11 Locais, Estados Unidos, 2018. *MMWR Surveill Summ*, v. 70, p. 1-16, 2021.

MARIANO, Geovana Aparecida Chagas. **Análise das reações emocionais e comportamentais em mães de crianças com TEA frente ao diagnóstico do seu filho**. *Psicologia-Tubarão*, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/10467/1/artigo%20cient%20adico-Geovana%20Aparecida%20Chagas%20Mariano.pdf>>. Acesso em: 12 de jun. de 2023.

MORAGAS, Vicente. **Como se referir a pessoas que possuem deficiência?** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Disponível em: [https://www.tjdft.jus.br/ acessibilidade/publicacoes/sementes-da-inclusao/como-se-referir-a-pessoas-que-possuem-deficiencia#:~:text=Pessoa%20Portadora%20de%20Defici%C3%Aancia%20\(PP-D,uma%20condi%C3%A7%C3%A3o%20existencial%20da%20pessoa](https://www.tjdft.jus.br/ acessibilidade/publicacoes/sementes-da-inclusao/como-se-referir-a-pessoas-que-possuem-deficiencia#:~:text=Pessoa%20Portadora%20de%20Defici%C3%Aancia%20(PP-D,uma%20condi%C3%A7%C3%A3o%20existencial%20da%20pessoa). Acesso em: 22/05/2023.

OLIVEIRA, Milena Arão da Silva et al. Papel paterno nas relações familiares: revisão integrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 35, p. eAPE0306345, 2022.

PAPALIA, Diane E. *Desenvolvimento humano* [recurso eletrônico] / Diane E. Papalia, Ruth Duskin Feldman, com Gabriela Martorell; tradução : Carla Filomena Marques Pinto Vercesi... [et al.] ; [revisão técnica: Maria Cecília de Vilhena Moraes Silva... et al.]. – 12. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: AMGH, 2013.

PASQUALINI, Juliana C.; MARTINS, Fernando Ramalho; EUZEBIOS FILHO, Antônio. **A “Dinâmica de Grupo” de Kurt Lewin: proposições, contexto e crítica**. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 26, n. 2, p. 161-173, jun. 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2021000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 de jun. de 2023.

Pinto RNM, Torquato IMB, Collet N, Reichert APS, Souza Neto VL, Saraiva AM. **Autismo Infantil: Impacto do Diagnóstico e Repercussões nas Relações Familiares.** Ver Gaúcha Enferm. 2016 set; 37(3): e 61572.

SCOTT, Juliano Beck; PROLA, Caroline de Abreu; SIQUEIRA, Aline Cardoso e PEREIRA, Caroline Rubin Rossato. O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)* [online]. 2018, vol.24, n.2, pp. 600-615. ISSN 1677-1168. <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n2p600-615>.

7

CONTRIBUIÇÕES NA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CONDENADO

- ▶ Carolina Fernandes Lucena
- ▶ Cinthia Cristina Miranda Chaves Caldas
- ▶ Marilza Cicília Da Silva
- ▶ Stefane Leandro
- ▶ Augusto Cesar Soares Da Cunha
- ▶ Milene Coelho De Oliveira

INTRODUÇÃO

A Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC) é uma instituição que busca a Integração Social do indivíduo à pena privativa de liberdade, tendo em vista sua recuperação e também promoção da justiça (FERREIRA, 2017). A APAC possui um diferencial ao ser comparada com o sistema prisional comum, pois realiza trabalhos que valorizam o recuperando frente a sua detenção, proporcionando alternativas para sua reinserção na sociedade. Na APAC são oferecidos serviços médicos, assistência espiritual e psicológica, serviços jurídicos e acesso à escolarização. Os serviços oferecidos pela instituição, quando aliados com o serviço psicológico, contribuem como ponte de acesso à recuperação genuína do sujeito, permitindo que ele reorganize a sua história e a ressignifique (PIMENTA; FONSECA, 2017).

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (2017), a APAC se destina a recuperação do sujeito, proteção da sociedade, socorro às vítimas e promoção da justiça restaurativa. Para o alcance dos objetivos citados, aplica-se uma terapêutica penal própria: O Método APAC e os 12 elementos fundamentais. Tal método está relacionado às condutas que os sujeitos devem ter,

como a ajuda entre eles e o trabalho. Também traz sobre a importância da espiritualidade e a experiência com Deus. Além disso, há assistência jurídica, à saúde, valorização humana (base do Método APAC) e o Centro de Reintegração Social (CRS), entre outros.

O homem se encontra em um processo de construção de saber e mudança constante, diante disso houve a criação da intervenção em questão, que visa analisar e discutir a construção de sentido no Método de Execução Penal. Tal projeto foi realizado de janeiro a junho de 2022, na APAC da cidade de Manhuaçu (MG), situado no Córrego Pouso Alegre, Zona da Mata Mineira. O Sistema APAC de Manhuaçu (MG) promove a humanização das prisões, sem perder a finalidade punitiva da pena e a reintegração dos recuperando à sociedade, gerando a diminuição do índice de reincidência no crime. Ao escolher o tema do projeto surgiu o seguinte questionamento: O recuperando se sente completamente apto e seguro a sua reinserção na sociedade após sua permanência na APAC?

DESENVOLVIMENTO

O Brasil é o terceiro país com maior número de presos. Seu modelo de justiça é a seletividade penal, aprisionando milhares de pessoas sem ter a resolução dos problemas da desigualdade social. Além disso, não são oferecidos meios de ressocialização para enfrentar as dificuldades que ocorrem depois da liberdade. As prisões brasileiras possuem um conjunto de demandas de acordo com o processo e a estrutura, que influencia os resultados de acordo com a saúde e a ressocialização (LEMOS, 2021).

De acordo com Rodrigues (2017) foram registrados no Brasil, no ano de 2016, 726.354 pessoas privadas de liberdade, sendo 706.619 pessoas administradas pelas Secretarias Estaduais e os demais custodiados em carceragens de delegacias da polícia e administradas pelo Governo Estadual. Atualmente, esse número representa aumento, sendo mais de 773 mil presos. São 45,92% aprisionados em regime fechado, 33,47% ainda não condenados, 16,63% em regime semiaberto, 3,57% em regime aberto e 0,41% em tratamento ambulatorial ou medida de segurança. Cerca de 40% dos presos estão respondendo por crimes que abordam o tráfico de drogas, 36% respondem por crimes patrimoniais, 13% respondem por crimes contra a pessoa e 11% respondem por crimes contra a dignidade sexual.

O programa de Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC) foi criado em 1972, na cidade de São José dos Campos (SP). Com mais de 64 unidades em todo o Brasil, trabalha com elementos de dignidade, respeito e promoção a um recomeço na sociedade. A APAC é uma entidade civil de personalidade jurídica própria de direito privado, com o objetivo de reinserção social, reeducação e recuperação dos indivíduos e é coordenada pela Fraternidade Brasileira de Assistência ao Condenado (PIMENTA, FONSECA, 2017).

A transferência do sistema penitenciário comum para o sistema APAC segue alguns requisitos, como: estar com a pena determinada pela justiça, manifestar seu interesse por escrito estando disposto para se adequar às regras da APAC, e por último, a prioridade é por ordem cronológica, ou seja, quem está há mais tempo no sistema comum. É necessário também, aguardar pela vaga, uma vez que, os presídios comuns estão com superlotação e as APAC ainda estão em processo de expansão (CACHICHI, CANGUSSU, 2019).

Dessa forma, como cita ZACARIAS, 2006, p. 61:

O trabalho é importante na conquista de valores morais e materiais, a instalação de cursos profissionalizantes possibilita a resolução de dois problemas, um cultural e outro profissional. Muda o cenário de que a grande maioria dos presos não possui formação e acabam por enveredar, por falta de opção, na criminalidade e facilitam a sua inserção no mercado de trabalho, uma vez cumprida a pena.

O trabalho de profissionais, como psicólogos, no sistema penitenciário comum e na APAC é de fundamental importância. Cada indivíduo sentenciado precisa cumprir a sua pena conforme o tratamento penal, visando a sua reeducação e ressocialização, de modo que possa estar em condições favoráveis de retomar a vida em sociedade, sem cometer novos crimes (BRASIL, 1984).

Os psicólogos inseridos nesse contexto deverão realizar avaliações psicológicas e o acompanhamento do sujeito, propondo atividades e a inserção em programas laborais, educativos e de saúde, realizando novas avaliações para subsidiar e embasar decisões judiciais no momento do progresso ao regime ou liberdade condicional (OTTOBONI, 2001).

Na APAC, o sujeito em privação da liberdade é identificado como recuperando e a ele são oferecidos serviços médicos, jurídicos, assistência espiritual e psicológica, acesso à escolarização, além da participação da comunidade (RODRIGUES, 2017). O homem encontra-se em um processo de construção de saber e mudança constante, com isso é direito de todos

os indivíduos, mesmo que tenham cometido algum delito, serem tratados com dignidade e respeito, sendo um lema na APAC: “Todo Homem é maior do que o seu erro” (RODRIGUES, 2017).

A psicologia auxilia com questionamentos que levam a reflexões de temáticas extremamente importantes para a vida em sociedade. O serviço psicológico, juntamente com outros serviços, fornece uma ponte de acesso à recuperação genuína do sujeito, permitindo que ele reorganize a sua história e a ressignifique (PIMENTA; FONSECA, 2017).

Os psicólogos podem exercer seu trabalho com atendimentos individuais, em grupos ou com a família e devem trabalhar de maneira compreensiva, visando auxiliar o indivíduo no novo significado da sua realidade. De acordo com Conselho Nacional de Psicologia (2011), na resolução CFP12/11, os deveres do psicólogo são:

I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

IV. O psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática.

V. O psicólogo contribuirá para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão.

VI. O psicólogo zelarà para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada.

VII. O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código (CONSELHO NACIONAL DE PSICOLOGIA, 2011, p.3).

O psicólogo tem um papel muito importante dentro da APAC. Ele trabalha os valores da instituição, seus elementos e o sujeito de privação à liberdade, ajudando na mudança do olhar para a sociedade e para que vejam seu papel enquanto cidadãos. A regulamentação da atuação do psicólogo no sistema prisional ocorre através da resolução CFP nº 012/2011 e deve ser pautado na ética, na ciência e na autarquia que regulamenta o exercício do profissional no país. A prisão pode se converter em um meio de isolamento crônico e odioso, a partir da ausência de verdadeiras relações humanas, insuficiência ou mesmo a ausência de trabalho, além do trato frio e impessoal dos funcionários penitenciários (MACHADO, SLONIAK, 2015). As graves perturbações psíquicas são produzidas através de prisões que atualmente adotam o regime fechado – dito de segurança máxima – com total desvinculação da sociedade. A prisão oferece o estado emocional do sujeito, e é possível afirmar que todos os que entram – em maior ou menor grau – encontram-se propensos a algum tipo de reação carcerária (LEMOS, 2021).

O preso é confrontado constantemente com o que será seu futuro e sua nova realidade, sendo importante o acompanhamento com médicos, professores, psicológico, entre outros. Isso é necessário para que o preso se ressocialize, tornando-se capaz de se inserir em um mercado de trabalho e na sociedade (SANCHIS, 2007).

A ressocialização é capaz de trazer a dignidade para esses indivíduos, resgatando a autoestima e caráter. De acordo com Rossini (2014), ressocializar é dar o suporte necessário para reintegrá-lo à sociedade, compreendendo as motivações que o fizeram entrar na vida do crime, também dando a chance de ocorrer mudança.

O projeto proposto, , foi pensado através da perspectiva que os recuperandos da APAC necessitam de apoio para enfrentar um dos grandes problemas, que é a ressocialização. Busca-se, através disso, a conscientização sobre o potencial que o ser humano possui de se modificar e adaptar de acordo com as oportunidades que lhe são apresentadas.

A segunda parte do artigo 1º da Lei de Execução Penal expõe que são cruciais condições para que se tenha harmonia na integração social do condenado e do internado. Para garantir essas condições, o artigo 3º da mesma lei manda que os direitos dos condenados sejam respeitados (BRASIL, 2016).

No artigo 5º, inciso XLIX da Constituição Federal é garantido que “é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral”. Isso ocorre de modo que o respeito e resguardo dos direitos dos presos não o exonere da punição,

mas que haja sua dupla finalidade: retribuição e recuperação (arrependimento) (BRASIL, 2016).

Nesse sentido, Cachichi, Cangussu (2019) adverte que, em todo processo de ressocialização, entremostra-se essencial ter em mente que a pessoa humana detém direitos e estes não de ser respeitados, sob pena de proporcionar maior mal social do que o próprio delito gerou.

Vale refletir sobre a fala dos autores e a necessidade em respeitar os indivíduos, que estão sendo responsabilizados por seus atos. Embora a sociedade deseje apenas ignorar, é de extrema importância colocar em pauta estes assuntos, gerando reflexão e questionamento. Assim, buscou-se intervir com aqueles que estão próximos à liberdade, para que se sintam capazes de voltar à sociedade e resgatar a cidadania através de suas próprias vivências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo humanizado do sistema penitenciário da APAC não ignora a finalidade punitiva, pois sua metodologia exige dos recuperandos o amor incondicional e confiança. Pode-se observar que os pilares aplicados são necessários para se alcançar o êxito na reeducação do detento em fase de recuperação.

As demandas observadas através do ponto de vista do condenado, possibilitaram a formação de um laço de apoio e auxílio durante os encontros, que proporcionaram saúde e acolhimento.

A escuta profissional fornecida aos recuperandos, visou a compreensão dos doze pilares implementados pela APAC, observamos nas falas de alguns recuperando:

Eu vejo no ensinamento da APAC uma possibilidade de melhora muito grande, aqui a gente aprende uma profissão [...] (Recuperando A).

Aqui eu conheci o que é o amor, coisa que eu não sabia [...] (Recuperando B).

Aqui pude terminar meus estudos e ainda aprender uma profissão [...] (Recuperando C).

Ocorreu a análise de discurso durante todos os encontros na instituição, visando inicialmente compreender a existência de níveis de ansiedade

pelos recuperandos no ambiente da instituição. No entanto, concluiu-se que os recuperando apresentaram ansiedade leve, nada além do normal, de acordo com a realidade vivenciada, ou seja, saudade familiar, informações restritas e rotinas repetitivas. Durante os encontros, apresentaram relatos de mudanças significativas do modo de pensar e agir. A reinserção social e familiar gera insegurança e dúvida, mas o recuperando, quando adquire sua liberdade, tem uma nova chance de viver.

Diante das vivências proporcionadas pelo intervenção, surgiu o seguinte questionamento: "será que os indivíduos estão preparados para receber estes recuperando de volta a sociedade?". A diretora da APAC de Manhuaçu (MG) relatou sobre a importância da participação da sociedade em conhecer e compreender a instituição, para assim compreender o serviço prestado e sua importância.

Entende-se que ressocialização é reintegrar o preso na sociedade, compreender o motivo que o levou a cometer tal crime e dar uma chance para a mudança de ter um futuro melhor, independente pelo que fez no passado. É importante a sociedade compreender o homem como um ser integral e compreender esse preso além do delito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 21 mai. 2023.

CACHICHI, Rogério; CANGUSSU, Dantas. **Método APAC: o humanismo como caminho para a ressocialização do preso**. Dissertação (Mestrado)- Programa de Mestrado em Direito da Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, Mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília- UNIVEM, Marília, SP, 470f, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A prática profissional dos(as) Resolução CFPn° 012/11, de 25 de maio de 2011. Regulamenta a atuação da (o) psicóloga (o) no âmbito do sistema prisional**. Brasília, 2011.

CONSELHO NACIONAL DA JUSTIÇA. APAC: método de ressocialização de preso reduz reincidência ao crime. 2017. Disponível em: Acesso em: 23 de março de 2023.

LEMOS, Gabriel Antonio Constantino Starck. Ressocialização do preso. ConteudoJuridico, Brasilia-DF: 05 jan 2021, 04:30. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/56023/ressocializacao-do-preso>. Acesso em: 22 maio 2023.

MACHADO, Bruno Amaral; SLONIAK, Marcos Aurélio. **Disciplina ou ressocialização?**

Racionalidades punitivas, trabalho prisional e política penitenciária. *Revista Direito GV*, v. 11, p. 189-222, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Organização das Nações Unidas. O que são os direitos humanos? Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>. Acesso em: 05 mai. 2023.

OTTOBONI, Mário. II. **Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC)**. III. MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Programa Novos Rumos. São Paulo: Paulinas, 2001.

PIMENTA, B. E., & FONSECA, G. G. (2017). O método APAC: o resgate da humanização no processo de cumprimento de pena de condenados. *Psicologia e Saúde em debate*, 42 -56. Disponível em: Acesso em: 04 de abril de 2020.

RODRIGUES, Daniella. **Práticas de extensão da puc minas na apac santa luzia: Histórias que (trans)formam**; Belo Horizonte; 2017.

ROSSINI, Tayla Roberta Dolci. **O sistema prisional brasileiro e as dificuldades da ressocialização do preso**. *Revista Jus*. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/33578/o-sistema-prisional-brasileiro-e-as-dificuldades-de-ressocializacao-do-preso>>. Acesso em 3 mai. 2023.

SANCHIS, Iasabelle; Interação e construção: o sujeito e o conhecimento no construtivismo de Piaget; revista ciência e cognição; Rio de Janeiro; 2007.

ZACARIAS, André Eduardo de Carvalho. **Execução Penal Comentada**. 2 ed. São Paulo: Tend Ler, 2006.

8

PSICOLOGIA E CONTEXTOS DE
GRUPO COM HOMENS AUTORES DE
VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

- ▶ Maria Luísa Ramos Acipreste,
- ▶ Sara Mariano Pinheiro
- ▶ Vitória Pimentel Miranda
- ▶ Augusto Cesar Soares Da Cunha

INTRODUÇÃO

A violência doméstica contra a mulher é considerada como qualquer ação ou omissão baseada no gênero feminino que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. De acordo com os dados levantados por uma pesquisa realizada pelo Datafolha, em nome do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2022, houve um aumento nos índices de todas as formas de violência contra as mulheres, em que 50.692 mulheres sofreram violência todos os dias.

É importante falar sobre este assunto, pois segundo um levantamento do Ministério da Saúde, que foi divulgado pelo jornal Folha de São Paulo, Redação RBA (2019), a cada 4 (quatro) minutos uma mulher é agredida por 1 (um) homem no Brasil, e segundo um estudo feito por pesquisadoras da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR), muitos dos agressores atribuem a culpa da agressão à vítima, alegando se sentirem injustiçados pelas ex-parceiras e pela lei.

O artigo "Grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica: estudo comparativo a partir de três programas brasileiros", Scott e Oliveira, (2020), ressalta que no Brasil, o primeiro programa de intervenção para autores de violência contra mulheres foi criado no Instituto NOOS, no ano de 1999,

e em seguida, surgiram novos projetos intervencionistas (Beiras, Nascimento e Incrocci, 2019).

Os processos sociais e culturais, acabam por naturalizar o homem como um ser superior, e a violência como sendo a demonstração dessa masculinidade. Sendo assim, um meio de combate seriam os grupos de homens autores de violência contra as mulheres, onde o tema é abordado por meios reflexivos e psicoeducativos, com discussões sobre os temas que rodeiam esse tipo de violência, para que haja uma mudança nos pensamentos desses homens.

Desta forma, pretende-se intervir utilizando-se deste meio grupal, como estratégia para uma transformação de crenças. A intervenção será realizada na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam 6ª DRPC de Manhuaçu), Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, CNPJ: 18.715.532/0001-70, localizada na Av. Melo Viana, 222, bairro: Bom Pastor - Manhuaçu, MG, Cep: 36902290; sendo realizados 10 (dez) encontros, com duração de 2 (duas) horas cada.

DESENVOLVIMENTO

O gênero é compreendido como uma organização das relações sociais de poder e de dominação (Butler, 2006), é a diferença instituída historicamente entre homens e mulheres (Scott, 1990), a qual é naturalizada, sem questionamentos, em nossa sociedade. Esta organização acaba por estabelecer algumas diferenças em diversos quesitos, como: o acesso aos cargos de poder, acesso à justiça, ao exercício dos direitos, permite ou não a expressão livre da sexualidade, legitima as opressões cotidianas (assédios e desrespeito, deslegitimações), coisifica o corpo feminino, considera pouco importante o trabalho doméstico, e também o tempo para diversão com as crianças e as tarefas parentais.

Alguns pequenos atos que foram naturalizados com o passar do tempo, como por exemplo dizer frases do tipo "homem não chora" ou "menina veste rosa e menino veste azul", são formas de manutenção de estabelecer uma diferença de gênero, que validam as relações de poder. Dessa forma, são estereotipadas as maneiras de ser na sociedade, como se só existissem maneiras limitadas de expressão de gênero, o feminino e o masculino.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi & Lozano, 2002), compreende-se a violência segundo um modelo ecológico e resulta da ação recíproca e complexa que contempla diversos fatores,

sejam estes individuais, relacionais, sociais, culturais ou ambientais. Nenhum destes fatores explica o comportamento violento de uma pessoa ou a prevalência da violência em determinada comunidade. O modelo ecológico também assume a violência como intencionalidade e uso de força ou poder físico contra si mesmo ou outra pessoa, grupo, comunidade, e que cause ou possa causar lesões, mortes, danos psicológicos, transtornos do desenvolvimento ou privações. Na Assembleia Geral das Nações Unidas de 1993, a violência contra mulheres foi entendida como qualquer ato de violência pelo motivo de alguém pertencer ao sexo feminino, resultando em dano ou sofrimento físico, psicológico ou sexual, incluindo privação arbitrária da liberdade, ameaças, coação, produzindo-se tanto na vida pública como na particular.

Nossa sociedade, apesar das evoluções sobre o assunto, ainda mantém uma ordem social desigual entre homens e mulheres, que há muito tempo está enraizada, e assim, passa a ser entendida como algo natural, normal. A manutenção dessa desigualdade promove a continuidade de problemas sociais, como a violência, na maioria das vezes, contra a mulher. Diante disso, nos dias de hoje, é possível compreender a importância da promoção de reflexões e discussões sobre essas desigualdades enraizadas, afim de desnaturalizá-las.

Seguindo este pensamento, os grupos reflexivos são de extrema importância para a promoção dessas discussões e reflexões sobre as relações que geram violências e sobre as ações que constroem masculinidades, feminilidades e a relação entre estas, tendo um olhar problematizador sobre elas, possibilitando uma reflexão e posições diferenciadas, trocando experiências e vivências, desconstruindo coletivamente ações, atos e crenças, e propondo outras formas de relação. Com a reflexão, busca-se a revisão da forma de agir e a maneira como são estabelecidas relações sociais, em aspectos sociais e políticos, relacionados ao alcance dos direitos humanos na relação de casal, familiar, nas relações de trabalho, e no exercício da cidadania.

Propor uma metodologia, um formato estruturado de conversa que promova um contexto que facilite a reflexão, que ajude a olharmos para nossas contradições e enxergá-las como aberturas para a inovação em nossa forma de agir e estar no mundo, retrata o desejo do Instituto Noos de contribuir para acelerar a aeração desse caldo cultural, multiplicando esses espaços de reflexão sobre gênero, escalonando essa transformação. Nosso desejo é que a revisão desta publicação que descreve a metodologia dos grupos reflexivos de gênero venha a inspirar outros a se juntarem a esse caminho e a proporem outros fazeres.

Em suma, pretende-se com a metodologia utilizada a exposição de temas relevantes para alcançarem os objetivos do projeto, sendo eles: a responsabilização, conscientização, reflexão e transformação do público alvo. Através de apresentações, vídeos, músicas, dinâmicas e rodas de conversas, busca-se evidenciar aos homens autores de violência contra a mulher, que o projeto não possui como objetivo a busca um lado correto ou mesmo julgar o indivíduo pelo seu ato. Pelo contrário, ele busca dar voz, acolher e ao mesmo tempo promover reflexões, a compreensão, o se colocar no outro lado da história, ter um pouco de empatia e responsabilização.

Para Kitzinger (2000), o grupo focal é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação. Ele busca colher informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviços. Sendo assim, é uma metodologia favorável para se utilizar no decorrer do projeto de extensão, em que serão abordados vários subtemas, um em cada encontro, sendo todos relacionados com o tema "Violência contra a mulher".

A intervenção ocorreu dentro da instituição "Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher", em um ambiente apropriado para todos, com: boa ventilação, iluminação, distante o possível de objetos que possam provocar uma "maior" distração, levando a ter um maior foco nas atividades a serem trabalhadas e etc. A atividade de extensão é composta de 10 (dez) encontros semanais, com duração de 2 (duas) horas por encontro, buscando desenvolver ações de conscientização e psicoeducação, utilizando-se de métodos como debates, exposição de informações como: vídeos, músicas, dados de pesquisa, conversas e dinâmicas.

Outras metodologias empregadas na intervenção foram o Construcionismo Social; Estudos de Gênero e teorias feministas; Visão sistêmica, ecológica e complexa; e Educação popular. Segundo Beiras e Bronz (2016), o Construcionismo Social de forma sintetizada, é composto das seguintes características: Linguagem como produtora de realidades; Questionamento do óbvio; Pluralismo, versões da realidade, questionamento de uma verdade única; Negociação de sentidos e realidades. Com isso, busca-se que o grupo mantenha o foco na relação e na reflexão, no processo de negociação de sentidos e significados, nas conexões com as experiências e com os modos de ver de cada participante. Atenção aos discursos, narrativas e linguagem, escolha de palavras, vozes e contextos.

De acordo com Beiras e Bronz (2016), o Estudos de Gênero e teorias feministas, de forma resumida, é composto das seguintes características: Gênero

como norma social reiterada, repetida cotidianamente. Também como construção social, configurado em relações de poder; Gênero construído por práticas performáticas que dão legitimidade a certos corpos; Gênero como operador analítico; O conceito de gênero ligado a seu caráter político e feminista, implicado em relações desiguais de poder, direitos humanos e contexto histórico-cultural; Trabalho de desconstrução de gênero; Linguagem e discursos como produtores de gênero; e Crítica ao binarismo e discursos essencializantes. No qual, o grupo reflexivo possibilita questionamentos e reflexões críticas sobre a construção do gênero, pode criar desestabilização das relações de gênero, enfatizando a diversidade de expressões de sexualidades, identidades e visibilizando o que está excluído. Possibilita o diálogo, a circulação de discursos e a produção de novas narrativas, desafiando a norma social produtora de desigualdades e dominação masculina.

Na visão sistêmica, ecológica e complexa, conforme Beiras e Bronz (2016), são pontuadas as seguintes características: **Microsistema:** refere-se ao contexto mais próximo, às relações diretas, à família; **Mesosistema:** relações entre microsistema e relações de trabalho, amizade, serviços sociais; **Macrosistema:** contexto mais amplo, sistema de crenças, estilos de vida, cultura, subcultura, padrões generalizados; **Cronossistema:** história de experiências pessoais do indivíduo, espectro de fatores históricos do desenvolvimento e interação com o microsistema; **Complexo conjunto de elementos em interação;** Famílias, comunidades, grupos entendidos como sistemas; Movimentos e processos de mudança movem todo o sistema e suas relações; Redes sociais, redes de comunicação e narrativas produzidas nestas relações; Não é possível isolar um objeto de seu sistema, relações e contextos. Nesse sentido, o grupo deve ser entendido como um sistema, com suas formas específicas de interação, das quais o facilitador também faz parte e atua. Portanto, é importante que ele revise suas práticas cotidianas, além dos sentidos e significados dados ao gênero, e interatue na produção de diálogos e saberes no grupo implicados com o contexto e sistemas maiores. A atenção é dada no processo, no movimento e na relação entre os sujeitos participantes e seus contextos maiores.

Por fim, na Educação popular, em concordância com Beiras e Bronz (2016), são abordados os seguintes aspectos: Sistema diferenciado de ensino e aprendizagem, participantes estimulados a pensar e refletir a partir de sua experiência e contexto; Conhecimento contextualizado na experiência do aprendiz; Bom senso, humildade e tolerância como características importantes no processo de aprendizagem; Ensinar entendido como um exercício de diálogo e trocas, libertador e respeitoso a diferentes saberes. No grupo, isso se traduz

na atenção à produção de interações e trocas respeitosas, integradas a diferentes saberes, e à produção de perguntas que geram reflexões contextualizadas na experiência de cada participante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto extensionista com homens autores de violência contra a mulher, foi desenvolvido sendo dividido em 10 encontros, como já supracitado, onde foram debatidos temas importantes para uma possível conscientização e diminuição de casos de violência como estes. Esta redução dos índices de violência é o que se busca durante as intervenções, pois estes diálogos não são uma punição ao autor da violência, mas sim, uma maneira de evitar a punição dos mesmos, de maneira consciente, na qual eles consigam desenvolver um outro olhar para o ocorrido e a aceitação da parcela de culpa, e não a vitimização de seus atos.

Foi possível observar por meio dos feedbacks dados pelos próprios autores, o êxito do projeto, visto que eles mesmos conseguiram identificar vários aprendizados e necessidade de mudança, além de perceber algumas crenças que tinham antes e que foram modificadas por meio das exposições dos temas. Também foi possível identificar o êxito pelo feedback da psicóloga Raiane, que expôs sua tranquilidade em permitir que as estudantes conduzissem os encontros e intervissem, além de perceber a mudança de comportamentos dos autores no processo de intervenção.

Contudo, conclui-se que o projeto foi realizado com êxito, foram trabalhados temas que abarcam o quadro de violência, sempre tentando levar de maneira didática, pois compreende-se que o público possui olhares e experiências diversas e distintas, não desconsiderando o fato de que são seres humanos sujeitos a erros todos os dias, porém procurou-se ressaltar de maneira psicoeducativa a forma de lidar com eles, o que aprender/retirar deles.

Como dito por um dos autores da violência em um dos encontros da intervenção: “Não tem como ‘desfalar’ o que já foi falado! Ou mesmo engolir!” Ou seja, não tem como desfazer algo já praticado, o que pode se fazer é aprender e tirar algo positivo e digno de mudança, e o começo é simples, é o querer recomeçar, é aceitar sua ação e aprender com ela e sempre buscar o autocohecimento e o próprio reconhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

10 frases homofóbicas que devemos tirar do nosso cotidiano. Disponível em: <<https://www.to.gov.br/cidadaniaejustica/noticias/10-frases-homofobicas-que-devemos-tirar-do-nosso-cotidiano/3e7k47m8fy9l>>. Acesso em: 30 mar. de 2023.

•AGÊNCIA BORI. Homens que praticam violência contra a mulher podem se ver como vítima de conflito. 2020. Disponível em: <https://abori.com.br/comportamento-social/homens-que-praticam-violencia-contra-a-mulher-podem-se-ver-como-vitima-de-conflito/>. Acesso em: 7 mar. 2023.

BEIRAS, A.; BRONZ, A. Metodologia de grupos reflexivos de gênero. Rio de Janeiro: Instituto Noos. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2TZ4ZS7>. Acesso em: 02 mar. 2023.

BEIRAS, A; MARTINS, D. F. W; SOMMARIVA, S. S.; HUGGIL, M. S. G.; Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: experiências e práticas. 1. ed. Santa Catarina: CEJUR, 2022. 279 p. Acesso em: 5 mar. de 2023.

BEIRAS, A; MARTINS, D. F. W; SOMMARIVA, S. S.; HUGGIL, M. S. G.; Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: perspectivas e estudos teóricos. 1. ed. Santa Catarina: CEJUR, 2022. 257 p. Acesso em: 5 mar. de 2023.

BEIRAS, A; MARTINS, D. F. W; SOMMARIVA, S. S.; HUGGIL, M. S. G.; Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: Mapeamento, análise e recomendações. 1. ed. Santa Catarina: CEJUR, 2021. 279 p. Acesso em: 5 mar. de 2023.

BEIRAS, A.; NASCIMENTO, M. (Org.) . Homens e Violência contra Mulheres. Pesquisas e Intervenções no Contexto Brasileiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017. v. 1. 280 p. Acesso em: 7 mar. de 2023.

BEZERRA, a. CLARISSE. Drogas: principais tipos, efeitos e consequências para a saúde. Disponível em: <<https://www.tuasaude.com/efeitos-das-drogas/>>. Acesso em: 10 mar. de 2023.

BLOG-ECOMAX. Por que precisamos falar sobre a saúde mental dos homens. Disponível em: <<https://ecomax-cdi.com.br/blog/por-que-precisamos-falar-sobre-a-saude-mental-dos-homens/>>. Acesso em: 10 mar. de 2023.

BROTTO, T. F. Características de um Relacionamento Abusivo e Tóxico. Disponível em: <<https://www.psitto.com.br/ajuda-para-relacionamento-abusivo/>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

[CANAL GNT](#). Masculinidade tóxica, violência doméstica e machismo | Quebrando o Tabu. Youtube, 13 de ago. de 2019. Disponível em: <https://youtu.be/uiFjHFeqsM0>. Acesso em : 7 mar. 2023.

[CAROL & VITORIA](#). Quando Existe Voz - EP 01 (com música de Carol e Vitoria). Youtube, 30 de nov. de 2017. Disponível em: <https://youtu.be/hLJ5qMgLDKs>. Acesso em : 7 mar. 2023.

CASA DESPERTAR. Agosto lilás: o impacto das drogas na violência contra mulher, indo além da agressão física. Disponível em: <https://casadespertar.com.br/o-impacto-das-drogas-na-violencia-contra-mulher-alem-da-agressao-fisica/>. Acesso em: 7 mar. de 2023.

CDH-ECA: O que é Machismo? Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/page/view.php?id=4290875>>. Acesso em: 10 mar. de 2023.

CONSCIÊNCIA PSICOLOGIA. Relações familiares e o ser em família. Disponível em: <https://conscienciapsicologia.com.br/relacoes-familiares/>. Acesso em: 7 mar. de 2023.

[CORTES DO MHM](#). Por que a SAÚDE MENTAL MASCULINA ainda é TABU? (com Leandro dos Santos). Youtube, 6 de mar. de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/FBvTDgOm6NQ> . Acesso em : 7 mar. 2023.

[CRIAR BRASIL](#). Violência Contra a Mulher - Violência Psicológica I. youtube, 8 de jul. de 2016. Disponível em: <https://youtu.be/NVrGtwPdcB0>. Acesso em : 7 mar. 2023.

CUTBRASIL.#8M: Nodia internacional da mulher, luta contra a violência é pauta prioritária. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/8m-no-dia-internacional-da-mulher-luta-contra-a-violencia-e-pauta-prioritaria-07a1#:~:text=Dados%20levantados%20por%20uma%20pesquisa,os%20dias%20no%20ano%20passado..> Acesso em: 23 mar. 2023.

DA PENHA, I. M. Ciclo da Violência Contra Mulher: Saiba identificar as três principais fases e entenda como ele funciona. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>. Acesso em: 7 mar. de 2023.

DICAS DE MULHER. Entenda o que é machismo e como isso afeta as mulheres na sociedade. Disponível em: <https://www.dicademulher.com.br/machismo/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

[DRA. ANA BEATRIZ BARBOSA](#). RELAÇÕES ABUSIVAS - MENTES EM PAUTA | ANA BEATRIZ. Youtube, 30 de mar. de 2019. Disponível em: https://youtu.be/qsIP-J_7NVk. Acesso em : 7 mar. 2023.

E+B EDUCAÇÃO. O que é patriarcado?. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/o-que-e-patriarcado>. Acesso em: 23 mar. 2023.. Acesso em: 13 mar. 2023.

E+B EDUCAÇÃO. Qual o significado da sigla LGBTQIA+?. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/qual-o-significado-da-sigla-lgbtqia>. Acesso em: 27 abr. 2023.

[ESPAÇO EQUILÍBRIO](#). A Decadência do Dependente Químico (animação). Youtube, 25 de jun. de 2015. Disponível em: <https://youtu.be/DF54EHLlpW0>. Acesso em : 7 mar. 2023.

FROSSARD, R. G. O que é Inteligência Emocional? Saiba como desenvolvê-la. Disponível em: <https://www.psitto.com.br/blog/voce-sabe-o-que-e-inteligencia-emocional/>. Acesso em: 7 mar. de 2023.

G1: JORNAL HOJE. Crimes de homofobia sobem no Brasil e vítimas relatam dificuldade de registrar ocorrência em delegacias. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2022/12/26/crimes-de-homofobia-sobem-no-brasil-e-vitimas-relatam-dificuldade-de-registrar-ocorrencia-em-delegacias.ghtml>. Acesso em: 27 abr. 2023.

[GALON](#), A. L. Documentário: As rosas que não se calam - Violência Doméstica. Youtube, 28 de out. de 2017. Disponível em: <https://youtu.be/a85wUv516oo>. Acesso em : 7 mar. 2023.

GAZETA DA SEMANA. Criminalização da homofobia completa três anos no Brasil. Disponível em: <https://g1.globo.com/gazetadasemana.com.br/noticia/73003/criminalizacao-da-homofobia-completa-tres-anos-no-brasil>. Acesso em: 27 abr. 2023.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/o-que-e-violencia-domestica.html>. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/o-que-e-violencia-domestica.html>. Acesso em: 25 mai. 2023.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. TIPOS DE VIOLÊNCIA. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>. Acesso em: 18 mai. 2023.

JUSBRAZIL. O machismo estrutural e suas consequências para a sociedade. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-machismo-estrutural-e-suas-consequencias-para-a-sociedade/1133168597>. Acesso em: 30 mar. 2023.

JUSTIÇA DO TRABALHO: TRT DA 4ª REGIÃO (RS). LGBTQIAP+: Você sabe o que essa sigla significa?. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/465934>. Acesso em: 27 abr. 2023.

LAX, T. M. S. Relacionamento abusivo: 20 sinais de que você está em um. Disponível em: <https://www.psicologo.com.br/relacionamento-abusivo-20-sinais-de-que-voce-esta-em-um>. Acesso em: 27 abr. 2023.

gosberrini.com.br/blog/20-sinais-de-que-voce-esta-em-um-relacionamento-abusivo/>. Acesso em: 7 mar. de 2023.

[MANUAL DO HOMEM MODERNO](#). Violência, acidentes de trânsito e álcool. Youtube, 2 de nov. de 2016. Disponível em: <https://youtu.be/hPbDjIBNZog>. Acesso em : 7 mar. 2023.

Mapeamento nacional das iniciativas, programas ou grupos para homens autores de violência contra mulheres. Margens. 2020. Disponível em: <https://margens.paginas.ufsc.br/files/2020/12/Mapeamento-Nacional-Iniciativas-homens-autores-de-viol%C3%Aancia-contra-mulheres.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2023.

[PAPO COM ANAHY](#). Como ser forte emocionalmente | Anahy D'amico. Youtube, 20 de fev. de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/u3zh95lmbxw>. Acesso em : 7 mar. 2023.

[PAPODEHOMEM](#). 4 pilares da paternidade | O Silêncio dos homens. Youtube, 31 de jul. de 2019. Disponível em: <https://youtu.be/SkFmYd5OpWI>. Acesso em : 7 mar. 2023.

[PAPODEHOMEM](#). O silêncio dos homens | Documentário completo. Youtube, 29 de ago. de 2019. Disponível em: <https://youtu.be/NRom49UVXCE>. Acesso em : 7 mar. 2023.

POLITIZE!. O que você precisa saber sobre a Lei Maria da Penha. Disponível em: https://www.politize.com.br/lei-maria-da-penha-tudo-sobre/?https://www.politize.com.br/&gclid=CjwKCAjwm4ukBhAuEiwA0zQxk7pebDO-9JVtTWXe71AW6f_j7-V0jG184Sm53SztQmMaKutCfloEtPxoC-6UQAvD_BwE. Acesso em: 25 mai. 2023.

QG FEMINISTA. Sobre a fragilidade da masculinidade. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/express%C3%B5es-da-fragilidade-da-masculinidade-376c82fba228>. Acesso em: 23 mar. 2023.

RECORRENTE, D. (2021, 13 de julho). A LGTBfobia no Brasil: os números, a violência e a criminalização . Fundo Brasil. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/a-lgbtfobia-no-brasil-os-numeros-a-violencia-ea-criminalizacao/>. Acesso em: 30 mar. 2023

SAÚDE, C. Masculinidade tóxica: como afeta a saúde mental no ambiente da empresa. Disponível em: <<https://www.conexasaude.com.br/blog/masculinidade-toxica/>>. Acesso em: 7 mar. de 2023.

SCOTT, J.B.; OLIVEIRA, I.F. Grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica: estudo comparativo a partir de três programas brasileiros. *Psicol. teor. prat.* vol.23 no.1 São Paulo jan./abr. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872021000100007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 7 mar. 2023.

SOUZA, M.; MARTINS, F.M.C. (Org.) ; ARAUJO, J. N. G. (Org.). Dimensões da violência: conhecimento, subjetividade, sofrimento psíquico. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. v. 01. 281p . Acesso em: 7 mar. de 2023.

[TEDX TALKS](#). TEDxFortaleza - Maria da Penha - Uma história de vida! Youtube, 14 de out. de 2012. Disponível em: <https://youtu.be/TRSfTdaBbvs>. Acesso em : 7 mar. 2023.

Tipos de violência - Instituto Maria da Penha. Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>>. Acesso em: 7 mar. de 2023.

TOKUDA, A. M. P; SOUZA, L. L. D. . PSICOLOGIA SOCIAL NOS GRUPOS COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES. Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil, Florianópolis, p. 37-56, 2022. Acesso em: 7 mar. 2023.

Tribunal Regional Eleitoral de Roraima. Disponível em: <<https://www.tre-rr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Maio/17-de-maio-dia-internacional-contra-a-homofobia>>. Acesso em: 5 mar. de 2023.